

# 1. *Introdução. Abordagem teórica e metodológica às empresas sociais em Portugal*

Sílvia Ferreira, Pedro Fidalgo, Virgínia Ferreira



## ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
Introdução _____	<b>3</b>
1. Contextos e abordagens às empresas sociais _____	<b>6</b>
2. Modelo de análise _____	<b>11</b>
3. Objetivos _____	<b>14</b>
4. Metodologia _____	<b>15</b>
5. Técnicas de produção e análise de dados _____	<b>18</b>
6. Atividades _____	<b>20</b>
Conclusão _____	<b>36</b>
Referências bibliográficas _____	<b>37</b>



## Introdução

O campo organizacional e relacional entre os setores tradicionais do Estado e da economia mercantil é marcado pela fluidez e pela resistência a uma fixação conceptual definitiva. Recentemente, a par dos conceitos de terceiro setor, setor não lucrativo ou economia social, e quando se parecia fixar algum consenso na utilidade destes conceitos para descrever o campo, surgiram novos conceitos, como o de empreendedorismo social, inovação social, economia solidária e, sobretudo, empresas sociais. Como outros conceitos deste terceiro campo, podemos descrever as empresas sociais como um campo onde discursos e práticas refletem e moldam as seletividades estruturais e as estratégias dos atores, modelado pelas configurações espaciotemporais das sociedades em que emerge e se generaliza (Ferreira 2009). Com isto queremos dizer que as definições e delimitações destes conceitos têm um impacto real nas organizações e nas sociedades. Influenciam quadros legais, acesso a recursos, espaços de atuação, reconhecimento e legitimidade, etc. São, por isso, conceitos políticos, onde se disputam as fronteiras fluidas entre o Estado e o interesse geral, a sociedade e os múltiplos interesses comuns, e o interesse capitalista da economia mercantil, sendo também reveladores do modo como estas fronteiras se deslocam em diferentes momentos históricos. Isto mesmo demonstram Teasdale (2012) e Nicholls e Teasdale (2017) na análise do uso do conceito em Inglaterra, em que mostram que o modo como é usado nas políticas e no campo organizacional varia de acordo com diferentes momentos políticos, a estratégia e a posição dos diferentes atores sociais, que, estando ligados a diferentes tradições teóricas e organizacionais, promovem diferentes entendimentos sobre o conceito.<sup>1</sup>

Ridley-Duff e Bull (2011) identificam o uso do termo economia social em 1975, próximo da sua utilização atual, para distinguir atividades mercantis do setor privado e das empresas estatais e cooperativas, bem como o movimento de negócios comunitários em 1979, procurando criar uma agenda alternativa à agenda neoliberal de Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

O lugar que o conceito de empresa social ocupa na sociedade portuguesa é revelador destas características. Desconhecido e contestado, não encontra ainda ancoragem legal e é disputado pelo conceito de economia social e solidária, como também acontece em outros países europeus (Borzaga *et al.* 2020). Conforme é referido no relatório de Borzaga *et al.* (2020) para a Comissão Europeia sobre o ecossistema das empresas sociais na Europa, o reconhecimento

---

1 O conceito de empresa social foi usado pela primeira vez através de uma aliança entre cooperativas e empresas comunitárias que utilizavam a linguagem do Partido Trabalhista britânico, o que ajudou a colocar as empresas sociais no cenário político em 1999. Esta aliança deu origem a uma nova instituição, a Social Enterprise London (SEL), que enfatizava soluções cooperativas para promover o desenvolvimento económico e social e efetivar uma participação democrática, igualdade de oportunidades e justiça social. Nessa altura, porque as empresas sociais eram vistas como uma forma de colmatar as falhas do mercado, dependiam mais de subsídios estatais e donativos do que de atividades geradoras de rendimento no mercado.

das empresas sociais tem sido crescente e significativo nos países europeus, com estratégias e programas ou legislação específica. Relativamente ao reconhecimento, destacam-se a Irlanda, a Itália e o Reino Unido, onde o conceito é reconhecido política e legalmente e faz parte da identidade das organizações. Em outros países, as estratégias são mais abrangentes, orientadas para a economia social (ou também para a economia solidária), como é o caso de Portugal. Ainda segundo o referido relatório, não sendo esta dinâmica exclusivamente atribuída à Social Business Initiative, da Comissão Europeia (2011), e sobretudo em relação ao reconhecimento legal das formas organizacionais das empresas sociais, é evidente que esta iniciativa teve um impacto significativo no que se refere ao reconhecimento político. Assim, a Comissão Europeia tem sido um dos atores mais ativos na promoção das empresas sociais, sendo que a Social Business Initiative define empresa social como:

Uma empresa cujo objectivo principal é ter uma incidência social, mais do que gerar lucros para os seus proprietários ou parceiros. Opera no mercado fornecendo bens e prestando serviços de maneira empresarial e inovadora, e utiliza os seus excedentes principalmente para fins sociais. É gerida de forma responsável e transparente, nomeadamente associando os seus empregados, os seus clientes e outras partes interessadas nas suas actividades económicas. (Comissão Europeia 2011, 2)

Além disso, na página dedicada às empresas sociais da DG do Mercado Interno, da Indústria, do Empreendedorismo e das PME<sup>2</sup> a Comissão refere que não há uma só forma legal para as empresas sociais, podendo estas ser cooperativas, empresas privadas de responsabilidade limitada, associações mutualistas, associações, organizações voluntárias, organizações de caridade ou fundações. Além disso, são identificadas várias áreas de atuação que vão desde o emprego aos serviços sociais e de saúde e ao desenvolvimento local, à proteção ambiental, desporto, arte, cultura, preservação histórica, ciência, investigação e inovação, proteção do consumidor e desporto.

O reconhecimento político e a fixação legal são um dos pilares da construção social do conceito de empresa social. Neles se delimitam legalmente as práticas que pertencem ou não ao setor, com consequência em termos de quadros legais e fiscais e de acesso a programas financeiros e outras formas de apoio. Consideramos que para esta construção concorrem também os académicos e as organizações federativas, redes e organizações de apoio das empresas sociais (Ferreira 2009). No que diz respeito à academia, há que reconhecer o seu papel no lançamento do conceito de empresa social. A literatura sobre empresas sociais tem evidenciado um crescimento substancial desde inícios do milénio, revelando uma crescente maturidade para a qual contribuem várias disciplinas das ciências sociais, em especial a gestão e a economia, mas também a sociologia, a ciência política ou a história.

Na Europa, destaca-se a rede EMES – International Research Network. Foi inicialmente criada na Europa a partir de um grupo de académicos que procuravam estudar novos tipos de organizações no campo da economia social, a que chamaram empresas sociais, no âmbito do projeto “Emergence of Social Enterprise in Europe”, que deu origem ao livro *The Emergence of Social Enterprise* (Borzaga e Defourny 2001). É atualmente uma rede internacional no âmbito da qual tem vindo a ser desenvolvida investigação comparativa, como o projeto ICSEM – International Comparative Social Enterprise Models, que envolve 200 investigadores de 52 países.<sup>3</sup>

2 <[https://ec.europa.eu/growth/setors/social-economy-eu/social-enterprises\\_en](https://ec.europa.eu/growth/setors/social-economy-eu/social-enterprises_en)>.

3 O Projeto ICSEM foi coordenado por Jacques Defourny (CES – Centre d’Economie Sociale, Université de Liège) e Marthe Nyssens (CIRTES – Centre Interdisciplinaire de Recherche Travail, État et Société, Université catholique de Louvain), como parte integrante do programa de investigação IAP-SOCENT e no âmbito da Rede EMES – International Research Network, entre julho de 2013 e abril de 2017. Teve um segundo momento no âmbito da COST Action EMPOWER-SE – Empowering the Next Generation of Social Enterprise Scholars, que, entre novembro de 2017 e novembro de 2021, através do grupo de trabalho Foundations, envolveu novos países, onde se incluiu Portugal e o projeto TIMES. Os resultados deste projeto estão agora publicados em vários livros para as várias regiões do mundo: América Latina (Gaiger, Nyssens e Wanderley 2019), Ásia (Bidet e Defourny 2019), Europa Central e de Leste (Defourny e Nyssens 2021a) e Europa Ocidental (Defourny e Nyssens 2021b).

Do outro lado do Atlântico, a Social Enterprise Initiative, da Harvard Business School (HBS), foi pioneira no lançamento do conceito. Este programa, emergindo de um grupo de investigadores do setor não lucrativo, introduziu nesta escola de gestão temas que até então não eram considerados como fazendo parte deste campo disciplinar, o que permitiu o desenvolvimento de investigação e formação nesta área. Esta iniciativa evoluiu para o SEI's Impact CoL, criado em 2011, estando agora no centro da agenda para o investimento de impacto.<sup>4</sup>

Na América Latina, desenvolveu-se, em 2001, a Social Enterprise Knowledge Network (SEKN), resultante de uma colaboração entre escolas de gestão da América Latina e a Harvard Business School.

Mais recentemente foi criada a University Network for Social Entrepreneurship, que envolve sobretudo universidades norte-americanas, tendo sido fundada pela Ashoka, o Skoll Centre for Social Entrepreneurship e a Social Enterprise Knowledge Network.

Se o conceito de empresa social emerge, no mundo anglo-saxónico, a partir das preocupações com os recursos e a gestão das organizações não lucrativas (ONL) e, na Europa, a partir das considerações sobre a inovação na economia social, em Portugal, a própria ideia de existência de um espaço povoado por organizações que não são estatais ou lucrativas demorou a estabelecer-se. Permaneceram, durante muito tempo, perspetivas diferenciadas sobre o que deveria ser este terceiro setor, inspiradas nas diferentes correntes internacionais, e uma significativa fragmentação deste campo organizacional. Foi a partir de 2010 que se alterou este panorama, tendo resultado grandemente da iniciativa política, através da criação da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, do PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (2011), da Conta Satélite da Economia Social (2011) e da Lei de Bases da Economia Social (2013). Todavia, ao mesmo tempo que isto ocorre, fica também excluída a possibilidade de institucionalização das empresas sociais e da economia solidária, ambos os conceitos explicitamente excluídos da Lei de Bases da Economia Social durante a sua discussão (Ferreira 2015).

O conhecimento existente em Portugal é limitado, apesar da relevância internacional, científica e política das empresas sociais. Porém, as discussões em torno do conceito são também indiciadoras das transformações e das articulações complexas no campo da economia social e das relações entre estas organizações, o Estado, as empresas e o mercado.

A popularidade do conceito de empresa social, na prática e na investigação, indicia mudanças nas fronteiras entre o Estado, o mercado e a sociedade no que se refere às responsabilidades pelo bem-estar (Ferreira 2009), a emergência de formas novas ou inovadoras no campo da economia social no cruzamento do mercado, sociedade civil e políticas públicas (Borzaga e Defourny 2001; Nyssens 2006), mudanças na relação entre o setor *não lucrativo*, *as políticas públicas* e *o mercado* (Dees 1996; Young 2003), a emergência de novos atores individuais ou coletivos, como os empreendedores sociais, e novas conceções sobre a intervenção social sob o lema da inovação social (Jessop *et al.* 2013). O conceito de empresa social exprime todas estas tendências, apontando para iniciativas que articulam o económico, o social e o político de formas novas e diversas (Defourny, Hulgård e Pestoff 2014; Laville, Young e Eynaud 2015) na resolução de problemas sociais e societais através do seu contributo para o bem-estar social, a saúde, a educação e a formação, o emprego e a empregabilidade, a cultura, o lazer, a habitação, a alimentação, o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade ambiental, etc., através de respostas inovadoras que respondem à complexidade crescente das sociedades.

---

4 <<https://www.hbs.edu/socialenterprise/wp-content/uploads/2021/09/SEI25-Impact-Report.pdf>>.

Assim, as questões que deram impulso à investigação no âmbito do projeto TIMES – Trajetórias Institucionais e Modelos de Empresa Social em Portugal foram as seguintes:

1. quais os significados, trajetórias institucionais e características das empresas sociais (ES) em Portugal?
2. de que modo as ES refletem e contribuem para encontrar soluções para os desafios sociais e societais?
3. Quais os quadros institucionais e estratégias que podem favorecer o desenvolvimento das ES?

Pretendeu-se, assim, contribuir para o conhecimento do significado, perfil, contexto institucional e papéis das ES em Portugal, de modo a ajudar a fortalecer o seu papel na resolução de problemas sociais e societais.

## 1. Contextos e abordagens às empresas sociais

Na sua investigação comparativa sobre empresas sociais, Janelle Kerlin (2009; 2017) mostra que o conceito de empresa social assume diferentes significados conforme o contexto nacional. Esta constatação levou a autora, recorrendo à teoria do institucionalismo histórico, a problematizar como o contexto socioeconómico e as instituições reguladoras a nível nacional tendem a influenciar os tipos de empresa social que surgem nos diferentes países. A autora sugere que os diferentes tipos de empresas sociais são fruto de fatores contextuais ligados à cultura, hierarquias locais, regionais e globais, e da história política e económica do país. Os modelos criados pela autora mostram como as instituições socioeconómicas moldam as empresas sociais em diferentes países, sendo que estes modelos vão-se alterando, já que estes contextos são marcados pelas mudanças nas relações de poder que vão ocorrendo ao longo da história dos países. Num outro trabalho, Monroe-White, Kerlin e Zook (2015) argumentam que os diferentes modelos de empresa social são moldados por duas variáveis independentes principais, o tipo de relação entre sociedade civil e Estado, que influencia diferentes tipos de relação do Estado com o bem-estar social, e o tipo de economia. Reconhecem que nos países da Europa continental predominam duas formas desta relação, a parceria no bem-estar e a social-democracia, influenciando dois modelos típicos de empresa social, com características inovadoras e com algum peso do financiamento público, diferenciando-se depois relativamente às áreas de atividade, e na sua proximidade às políticas públicas. Para o tipo de sociedade civil liberal, dos países anglo-saxónicos, o modelo que as empresas sociais seguem é altamente inovador, com receitas provenientes de vendas e filantropia, atuando em áreas diversas. Identificam ainda dois outros modelos, um correspondente a países da Europa Central e de Leste, bem como alguns países da América Latina, em que identificam um modelo ou a transição para um modelo onde as empresas sociais são, sobretudo, cooperativas e empresas recuperadas atuando no emprego e nos serviços, obtêm as suas receitas de vendas e possuem um caráter de ativismo e oposição ao Estado. Para países em África, identificam um modelo de subsistência, em que as empresas sociais consistem em pequenos grupos, orientados pela necessidade, nas áreas da assistência social e emprego, e obtendo as suas receitas de vendas, do microcrédito e da ajuda internacional.

Esta tipologia chama a atenção para a importância dos contextos nas características das empresas sociais. Também Defourny e Nyssens (2010) associam as diferentes conceções e tradições das empresas sociais a diferentes regiões, onde se desenvolveram distintas características institucionais da relação entre o Estado, a sociedade e a economia. Distinguem, assim, as empresas sociais e o empreendedorismo social nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa em termos de missão, relação com a economia e a governança. Na perspetiva dos autores, as empresas



sociais fazem parte de uma trajetória que se desenvolve com os diferentes papéis que as organizações do terceiro setor desempenharam em diferentes modelos de Estado-Providência durante os anos 1980, desembocando nas inovações que viriam a ser designadas de empresas sociais. Entre estas contavam-se as cooperativas de solidariedade social, em Itália, as empresas com objetivo social, na Bélgica, ou empresa de interesse comunitário, no Reino Unido, e, nos anos 1990, as empresas de inserção pelo trabalho por toda a Europa. Os autores apontam ainda outra diferença relativamente ao modo como é concebida a difusão da inovação social. Na Europa, seguindo a tradição do papel pioneiro do terceiro setor em idealizar e experimentar soluções que depois são incorporadas nas políticas, essa disseminação faz-se tendencialmente através das políticas públicas. Nos EUA, a preferência para a difusão da inovação é através do mercado, o qual deve fundamentar o crescimento das próprias empresas sociais, com o auxílio dos recursos de fundações filantrópicas. Assim, para estes autores, as próprias conceções de empresa social são moldadas pelos contextos específicos em que se desenvolvem.

Nesta linha, também no relatório *Social enterprises and their ecosystems in Europe* (Borzaga et al. 2020) se argumenta que em diferentes países determinadas características do tipo de Estado-Providência e diferentes mecanismos impulsionadores levaram ao desenvolvimento de empresas sociais, sendo notável como as características dos modelos de bem-estar têm influência nas dinâmicas que fazem emergir as empresas sociais. No caso dos países do Sul da Europa (Espanha, Grécia, Itália e Portugal) e da Irlanda, as empresas sociais emergem como a experimentação *bottom up* de grupos de cidadãos e as políticas públicas nos países com deficiências em serviços de bem-estar, lacunas de proteção social e envolvimento dos cidadãos. Já no caso de países do Norte da Europa (incluindo o Reino Unido), de Estados-Providência desenvolvidos, o mecanismo impulsionador incluiu iniciativas populares, mas também a privatização de serviços públicos. Em qualquer dos casos, a literatura parece identificar uma relação forte entre a emergência das empresas sociais e o Estado-Providência, e entre os contextos e as tradições académicas.

É frequente encontrar-se uma distinção entre as escolas norte-americana e europeia de empresa social. A primeira utiliza um conjunto de critérios sociais, económicos e de governança para caracterizar como empresas sociais diferentes tipos de organizações em diferentes áreas de atuação. A tradição norte-americana privilegia as características empresariais e as novas formas de atuar na economia de mercado (Young e Lecy 2012).

Dentro da conceção norte-americana, são identificadas duas escolas de pensamento: a escola do *earned income*, que considera como empresas sociais todo o tipo de organizações que desenvolvem atividades económicas no mercado e que têm um objetivo social, independentemente da sua forma jurídica, e a escola da inovação social, que enfatiza a dinâmica da inovação social, em que as empresas sociais na maioria das vezes são dirigidas por um empreendedor social (Dees e Anderson 2006). Procurando a convergência entre as duas escolas, Dees (1996) e Dees e Anderson (2006) propõem que se percebam as empresas sociais ao longo de um *continuum* entre a lógica mercantil e a lógica social ou filantrópica. Nesta aceção, as empresas sociais atravessam setores e fronteiras para encontrar soluções para melhorar as condições sociais das pessoas. As empresas sociais como “híbridas”, combinando elementos comerciais e filantrópicos. Kim Alter, outra influente autora desta tradição, descreveu a empresa social como

qualquer empreendimento comercial criado com uma finalidade social — mitigar/reduzir um problema social ou uma falha de mercado — e para gerar valor social operando com disciplina financeira, inovação e a determinação de uma empresa do setor privado. (Alter 2007, 12)

Autores como Emerson e Twersky (1996) discutiram a adoção de métodos empresariais para atingir eficácia organizacional nas organizações do setor social que não se restringe ao financiamento no mercado. Este trabalho inicial abriu o caminho para outros autores, que, no final dos anos 2000, avançaram com conceitos como o *double bottom line* e *blended value*. Para Dennis Young (2003), a evolução do conceito nos EUA exprime uma alteração relativamente à abordagem das empresas sociais, deixando de serem vistas como atividades comerciais das ONL para serem vistas como forma de eficazmente resolver os problemas sociais e ambientais.

Outro autor igualmente influente é Mohamad Yunus (2011), que usa o termo negócio social na sua aceção mais restrita, diferente de empresa social, para descrever dois tipos de negócios sociais. Num primeiro tipo, empresas privadas com objetivos sociais, com proprietários (investidores sociais) que nelas investem capital e que podem recuperar esse investimento mas não mais do que isso, pois estas empresas têm constrangimentos legais ou estatutários à distribuição dos bens ou dos lucros. Num segundo tipo de negócio social, Yunus concebe empresas lucrativas que visam a maximização do lucro, detidas por pessoas pobres e em situação de desvantagem, atuando em qualquer área, em que a finalidade é a melhoria da vida desses proprietários.

A escola europeia da Rede EMES estabeleceu uma abordagem consistindo num conjunto de critérios económicos, sociais e de governança como “tipo-ideal” de empresa social (Defourny 2001, 16–18). Num balanço sobre as características distintivas das empresas sociais na Europa, Borgaza e Santuari (2003) destacam o facto de estas se diferenciarem das demais organizações da economia social por demonstrarem um comportamento produtivo e empresarial; por financiarem as suas atividades com uma maior diversidade de recursos; por tenderem a inovar no fornecimento de serviços, dirigindo-se a grupos mais marginalizados, visando a sua capacitação; por darem mais ênfase a objetivos de benefício de uma comunidade e ao carácter participativo e democrático dentro da organização do que à questão da não distribuição de lucros. Estas características exprimem genericamente o que se veio a consolidar como a abordagem europeia às empresas sociais.

Esta escola propôs uma definição de empresa social como tipo-ideal weberiano, que tem por objetivo comparar a realidade com esta construção abstrata e não para estabelecer critérios rígidos para incluir ou excluir empresas sociais. Os principais indicadores da definição organizam-se em torno de dimensões económicas, sociais e de governança, incluindo possuir uma natureza privada e forma legal, independência em relação ao Estado, desenvolver atividades produtivas, ter limitações à distribuição de lucros e uma governança participativa e inclusiva (Defourny e Nyssens 2017). Empiricamente, as empresas sociais variam relativamente a estes indicadores.

A maior diferença relativamente à escola anglo-saxónica está na inclusão da dimensão da governança na caracterização das empresas sociais, uma dimensão fortemente ancorada na tradição da economia social europeia e da influência que os princípios cooperativos e mutualistas tiveram nesta, e que está também presente na operacionalização tridimensional da Comissão Europeia. Outra das diferenças da escola europeia relativamente à escola anglo-saxónica assenta no significado atribuído à economia. Enquanto a escola da EMES segue uma perspectiva de pluralismo de princípios económicos e a ideia de economia substantiva, isto é, as atividades dos seres humanos assegurando a subsistência através das suas relações com o meio natural e os outros seres humanos (Laville 2018; Polanyi 2012), a escola anglo-saxónica tende a interpretar a economia como economia de mercado, gerando, por isso,



a dicotomia entre o social e o económico. Outra distinção assenta na ênfase relacional da escola EMES, que orienta a sua abordagem para as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade, enquanto a escola anglo-saxónica herdou uma visão de setores separados.

A atenção à história e às instituições marca a tradição europeia do estudo da economia social e das empresas sociais e, portanto, aprofunda a explicação das causas das diferenças organizacionais entre empresas sociais. No âmbito do projeto ICSEM, e na tradição desta escola europeia, foram combinadas duas dimensões, institucional e organizacional. Por um lado, percebem-se as empresas sociais nos seus contextos históricos e institucionais e o peso destes na emergência e desenvolvimento. Por outro lado, identificam-se as características das empresas sociais e o modo como estas também são moldadas por esses contextos.

Perante a diversidade empírica das empresas sociais, Young e Lecy (2014) argumentam que se trata de espécies diferentes, usando a metáfora do jardim zoológico de empresas sociais, com diferentes lógicas organizacionais, formas legais e objetivos incomensuráveis. É para ultrapassar estas dificuldades que surgem inúmeras propostas de tipologias de empresas sociais. As tipologias permitem simplificar e criar ordem numa realidade complexa, permitindo a compreensão dos fenómenos e a criação de conceitos e teorias. Os autores dos EUA tendem a propor tipologias contínuas bidimensionais,<sup>5</sup> baseadas numa variação entre atributos económicos e sociais (Alter 2007; Ávila e Amorim 2021). Outros, propõem tipologias classificativas, por exemplo, de discursos sobre empresas sociais e das teorias que lhes dão sustentação ou de atributos organizacionais e formas legais. Indicadores como objetivos e finalidades, fontes e distribuição de recursos e governança são também utilizados.

Enunciamos algumas tipologias que permitem evidenciar diferentes abordagens, e também diferentes realidades geográficas. O projeto ICSEM contribuiu também para a proliferação destas tipologias por quase todo o mundo.

---

5 Sobre os dois tipos de tipologias, ver Lehnert (2007).

**Tabela 1-1. Algumas tipologias de empresas sociais**

	Tipologia	Crítérios	Local
Monroe-White, Kerlin e Zook (2015)	Modelo Autónomo diversificado (EUA, Reino Unido)	Tipo de sociedade civil/ Estado e de economia	Mundo
Tipos de ES	Modelo focalizado dependente (França, Holanda, Alemanha, Itália, Dinamarca)		
	Modelo focalizado enredado (Suécia, Áustria, Finlândia)		
	Modelo de mutualismo autónomo (Ucrânia, Brasil, Eslováquia)		
	Modelo de subsistência sustentável (Zimbabué, Uganda, África do Sul)		
Teasdale (2012)	Rendimento ganho (Dependência de recursos)	Conceções teóricas com base em diferentes teorias	Reino Unido
Tipologia de Discursos sobre a ES	Fornecimento de serviços públicos (Fracasso do setor voluntário)		
	Negócios Sociais (Fracasso do Estado)		
	Empresa Comunitária (Fracasso do Mercado)		
	Cooperativas (Economia social)		
Alter (2007)	Empresa Social Centrada na Missão = Empresas Sociais Incorporadas	Orientação para a missão e nível de integração entre atividades de negócios e programas sociais	EUA
Tipos e modelos de ES	Empresa Social Relacionada com a Missão = Empresas Sociais Integradas		
	Empresa Social Não Relacionada com a Missão = Empresas Sociais Externas		
Gordon (2015)	Finalidade mutualista (cooperativismo e mutualismo)	Valores centrais, principais beneficiários, potenciais formas legais e organizacionais e principais fontes de recursos	Reino Unido
Tradições e finalidades das ES	Finalidade comunitária (associação comunitária e voluntária)		
	Finalidade altruística (caridade e filantropia)		
	Finalidade ética (alteridade e radicalismo)		
	Finalidade privada mercantil (negócios e empresas)		
	Finalidade estatista e pública (empresa social pública)		
Spear <i>et al.</i> (2017)	Cooperativa orientada socialmente	Formas legais, objetivo principal, recursos principais, governança	Reino Unido
	Instituição de caridade comercial		
	Empresas de Interesse Comunitário		
	Empresas sociais com fins lucrativos		
Gaiger, Ferrarini e Veronese (2015)	EES para prestação de serviços e desenvolvimento comunitário	Objetivo principal, características e atividade económica principal	Brasil
Modelos de empresa da economia solidária (EES)	EES apoiando as atividades produtivas dos membros		
	EES proporcionando trabalho e gerando rendimento primário para os seus membros		
	EES fornecendo trabalho e complemento de rendimento para os seus membros		
	EES de trabalho com pagamento insuficiente aos membros		
Fraisse <i>et al.</i> (2016)	Organizações de interesse geral e <i>stakeholders</i> múltiplos	Trajetória histórica e características legais e organizacionais Definição EMES	França
	Associações empreendedoras		
	Sociedades com finalidades sociais e empreendedores sociais		
Borzaga, Poledrini e Galera (2017)	Cooperativas sociais (tipo A, tipo B, mistas, consórcios)	Estatuto legal e critérios EMES (condições: 50% de recursos de vendas, pelo menos 1 trabalhador, não lucrativas)	Itália
Tipos de ES	Empresas sociais na forma de associações		
	Empresas sociais na forma de fundações e organizações religiosas		
	Empresas sociais de responsabilidade limitada (limited company social enterprises)		
Díaz Foncea <i>et al.</i> (2017)	Modelo tradicional (setor de trabalho/integração social)	Perspetiva temporal da aquisição de características de empresa social (critérios EMES)	Espanha
Modelos de ES	Modelo intermédio (vários campos) Modelo emergente (cultura, comércio justo e desenvolvimento sustentável)		
Ávila e Amorim (2021)	Organizações não lucrativas empreendedoras (ONLE)	Identidade organizacional entre a orientação social e a orientação mercantil	Portugal
	Organizações socialmente orientadas		
	Negócios além do lucro		
	Negócios sociais		

## 2. Modelo de análise

Neste estudo, combina-se uma abordagem histórico-institucionalista e uma abordagem organizacional às empresas sociais. A abordagem adotada no projeto alinha com a ideia, proposta no âmbito da abordagem Europeia, de que as empresas sociais emergem a partir da evolução das instituições existentes perante influências no ambiente e internas. Tem também em conta que estas instituições estão grandemente associadas às do Estado-Providência e às relações entre Estado e sociedade.

Tendo em conta que existem outras conceções mais amplas ou restritas de instituições, adotamos a conceção mais próxima do institucionalismo histórico que Peters *et al.* (2005) identificam: «instituições criadas deliberadamente encarregadas da implementação de políticas públicas, e as regras formais que estruturam as relações entre o Estado e grupos de interesse», e também «instituições administrativas formais, dentro do Estado, tais como departamentos públicos ou legislativos, assim como regras informais, acordos e costumes dentro do Estado e entre o Estado e a sociedade» (2005, 1286).

Do institucionalismo histórico concebemos também a importância da história no moldar das instituições e das suas possibilidades de transformação. Os atores tendem a adaptar as suas estratégias às instituições e, desta forma, contribuem para o reforço das mesmas. Mais, as instituições tendem a exercer sobre as organizações uma pressão isomórfica que faz com que estas tendam para a homogeneidade (DiMaggio e Powell 1983).

Porém, porque estamos a lidar com conceitos de empresa social, empreendedorismo social e inovação social, torna-se necessário olhar para o outro lado, para o dos atores e da sua capacidade de agência e, como tal, perceber que as empresas sociais têm também efeitos sobre as instituições. A definição de empresa social adotada neste projeto é a da abordagem europeia da EMES, aplicada tanto a organizações novas quanto a organizações mais antigas com novas dinâmicas internas.

As empresas sociais são organizações privadas sem fins lucrativos que fornecem bens ou serviços diretamente relacionados com o seu objetivo explícito de beneficiar a comunidade. Geralmente contam com uma dinâmica coletiva que envolve vários tipos de partes interessadas nos seus órgãos de governo, valorizam muito a sua autonomia e suportam riscos económicos relacionados com a sua atividade (Defourny e Nyssens 2008, 204).

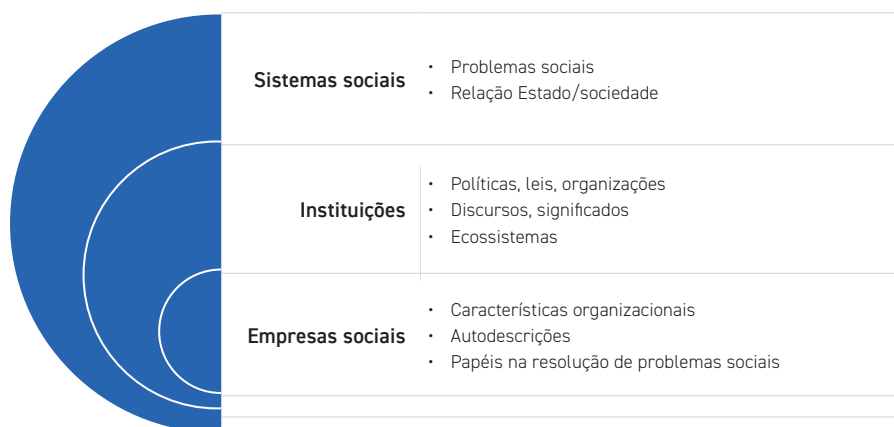
O conceito de empresa social — como o de empreendedorismo social (Mair e Martí 2006) — convoca a ideia de inovação institucional, que emerge na forma de novos tipos de organizações (Tracey, Phillips e Jarvis 2011) e dos efeitos dessas organizações nas instituições existentes. O conceito de empreendedorismo institucional (DiMaggio 1988) foca o modo como atores sociais interessados trabalham para influenciar e mudar os seus contextos institucionais. Vale, pois, a pena retomar a tradição europeia de estudo da relação entre as organizações do terceiro setor/economia social, o espaço público e os movimentos sociais na produção de inovações sociais para a resolução de problemas sociais. De facto, esta mesma relação pode ser estabelecida para as empresas sociais, tendo em conta a sua orientação para a mudança social e, também, o reconhecimento dos papéis que desempenham nas sociedades, conforme demonstra o seu reconhecimento político.

Na sua ancoragem a movimentos sociais e nas suas ligações ao Estado-Providência, as empresas sociais têm, assim, não apenas papéis socioeconómicos mas também culturais e políticos, contribuindo para fazer reconhecer e resolver problemas e aspirações sociais.

Neste projeto, adotou-se uma perspectiva contextualista multinível. Significa que se considera que as empresas sociais existem em determinados contextos e são influenciadas pelas características destes. Estas influências vão desde os efeitos “duros” dos quadros legais que se impõem sobre elas e os recursos a que têm acesso, aos efeitos “suaves” dos discursos e redes de atores em que se inserem e moldam as identidades e as suas estratégias. Estes contextos têm, assim, efeitos causais sobre as empresas sociais, sendo que destes contextos têm sido considerados os quadros legais, as características e o desenvolvimento do Estado-Providência, e a ação da sociedade civil/ou do empreendedorismo social. Muita investigação tem observado o nível macro para a caracterização das empresas sociais e dos seus modelos. Neste trabalho, propomos a articulação entre o nível macro e o nível meso das organizações.

Adotou-se também a abordagem relacional estratégica, que afirma que determinadas estruturas ou instituições reforçam formas de ação, táticas e estratégias específicas e desencorajam outras, ou seja, têm seletividades estratégicas estruturalmente inscritas. Do lado da ação, o conceito de cálculo estratégico orientado estruturalmente descreve o facto de os atores sociais terem capacidade de refletir sobre as seletividades estruturais e orientar as suas estratégias e táticas. Assim, os atores sociais são estratégicos para fazer avançar os seus interesses, tendo em conta a forma como concebem as oportunidades de uma determinada estrutura (Jessop 2004).

Figura 1-1: Análise contextual multinível



Assim, as principais questões de investigação são:

1. Quais os atores, as instituições, os significados e as trajetórias institucionais das empresas sociais em Portugal?
2. Quais as características das empresas sociais e como é que estas se refletem em diferentes modelos? Como é que estes modelos estão institucionalizados?
3. Como é que as empresas sociais se orientam para os problemas sociais e societais? Como é que são influenciadas pelos quadros institucionais nestas respostas e como é que procuram influenciar esses quadros institucionais?
4. Como é que os quadros institucionais podem favorecer o desenvolvimento das empresas sociais?

Estas questões serão respondidas com recurso a vários instrumentos conceptuais, alguns dos quais desenvolvidos no âmbito da abordagem europeia de empresa social e do projeto ICSEM, e que serão testados para o caso português.

No que se refere às trajetórias institucionais, Defourny e Nyssen (2017) propõem uma teoria do desenvolvimento das empresas sociais baseada na ideia de que diferentes trajetórias dão origem a diferentes modelos de empresa social. Estas trajetórias estão relacionadas com o modo como as empresas sociais interagem com o Estado, o mercado e a sociedade, articulando a abordagem europeia ao terceiro setor (Evers e Laville 2004) e a proposta de Gui (1991) sobre três princípios de interesse: o interesse geral, o interesse mútuo e o interesse do capital. O interesse mútuo está presente nas organizações que servem os seus membros, como é o caso das cooperativas e das mutualidades. O interesse geral é mais bem representado pelo Estado e, próximo deste, pelas organizações do terceiro setor que se orientam para terceiros, como é o caso das organizações filantrópicas e das associações ou fundações. Do lado do interesse do capital, estão as empresas cujo principal objetivo é o lucro. Partindo-se destes interesses, surgiriam quatro trajetórias típicas dando lugar a quatro tipos de empresa social:

- as cooperativas sociais (*social cooperatives*) seriam o resultado de uma trajetória do estrito interesse mútuo em direção ao interesse geral, visando o benefício da comunidade ou da sociedade em geral, ou de grupos sociais específicos além dos membros, que estaria associada a uma complementaridade de recursos mercantis com recursos não mercantis. O aspeto mais relevante deste modelo é a matriz democrática e participativa, significando com frequência que estas ES estão abertas estatutariamente a vários tipos de membros ou que as regras e custos de acesso são suficientemente baixos para facilitar a adesão;
- as organizações não lucrativas empreendedoras (*entrepreneurial nonprofits*), resultantes de uma trajetória próxima do interesse geral em direção ao interesse do capital, com a complementaridade de recursos não mercantis com recursos mercantis, resultante da necessidade que as organizações não lucrativas sentiram de complementar subsídios públicos e donativos com recursos provenientes de atividades mercantis;
- as empresas sociais do setor público (*public sector social enterprises*), resultantes da privatização de serviços públicos para formas da economia social, com a manutenção de algum controle por parte do Estado. Tal ocorre no âmbito de objetivos de redução de custos do setor público e de objetivos de maior flexibilidade e inovação. Ainda que esta privatização possa acontecer para a forma de empresas comerciais, a manutenção dentro de formas da economia social assegura algum grau de controle do Estado sobre a missão social;
- os negócios sociais (*social business*), combinando os objetivos lucrativos com a prossecução de objetivos de interesse geral (*blended value*), sobretudo por parte de pequenas e médias empresas, sustentadas, fundamentalmente, com recursos do mercado, mas podendo implicar alguma hibridéz de recursos. Na base deste modelo está a ideia de que os métodos e recursos das empresas lucrativas são a forma mais eficaz de resolver problemas sociais, promovida por escolas de gestão, consultores e fundações empresariais.

Em suma, adota-se uma abordagem institucionalista histórica, percebendo-se o modo como as trajetórias de determinados tipos de organizações na sua relação com a sociedade, o Estado e o mercado as moldam nas suas características organizacionais enquanto empresas sociais. Assim, no que diz respeito à análise organizacional, a abordagem da EMES apresenta uma proposta baseada em três dimensões.

Tabela 1-2. Abordagem da EMES às empresas sociais

Dimensões e indicadores
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um projeto económico</li> <li>• Uma produção contínua</li> <li>• Algum trabalho remunerado</li> <li>• Um risco económico</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma missão social</li> <li>• Um objetivo social explícito</li> <li>• Distribuição de lucro limitada, refletindo a primazia do objetivo social</li> <li>• Uma iniciativa lançada por um grupo de cidadãos ou organizações do terceiro setor</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma governança participativa</li> <li>• Um elevado grau de autonomia</li> <li>• Carácter participativo, que envolve várias partes afetadas pela atividade</li> <li>• Poder de tomada de decisão não baseado na propriedade de capital</li> </ul>

A abordagem da EMES (Defourny e Nyssens 2017) propõe uma tipologia classificativa tridimensional, consistindo em atributos que se organizam nas dimensões sociais, económicas e de governação das empresas sociais.

Por fim, interessou-nos perceber o modo como as empresas sociais têm efeito nos problemas sociais e societais, quer através da sua atuação com vista à resolução desses mesmos problemas através da sua missão social e dos bens e serviços que produzem e concretizam esta missão, quer com vista à sua ação na política. Adotámos os quadros desenvolvidos por Adil Najam (1999) como ferramenta heurística, que concebe os papéis das organizações não governamentais como empreendedores políticos, quer como fornecedoras de bens e serviços, quer como defensoras de causas na esfera pública. Numa perspetiva exploratória, pretendemos perceber se as empresas sociais têm estes mesmos papéis e como os quadros institucionais influenciam esses papéis.

Quanto ao conceito de problemas sociais e societais, descrevemos estes como problemas que incidem sobre um determinado grupo de pessoas e que são reconhecidos pela sociedade como problemas que devem ser resolvidos, o que significa uma responsabilização societal pela resolução desses problemas (Silva 1967a, 1967b).

### 3. Objetivos

Descrito o enquadramento conceptual e operacional do projeto, foram traçados pela equipa os objetivos do projeto TIMES, bem como o processo metodológico adequado para alcançar estes objetivos.

O objetivo principal foi aprofundar o conhecimento sobre os significados, características organizacionais, enquadramentos institucionais e papéis das empresas sociais em Portugal para promover o fortalecimento do seu papel na resposta a problemas sociais.

Para tal, o projeto assentou nos seguintes objetivos específicos:

1. Mapear o enquadramento institucional e os significados das ES;
2. Construir uma tipologia dos modelos de ES em Portugal;
3. Identificar como o enquadramento institucional existente condiciona o desenvolvimento das ES e, por sua vez, como estas influenciam o enquadramento institucional.



## 4. Metodologia

Pretendeu-se contribuir para colmatar as lacunas de conhecimento sobre empresas sociais em Portugal, fortalecer o campo académico da economia social e ajudar a informar decisões de responsáveis públicos e empreendedores sociais. A articulação com o projeto ICSEM reforçou o potencial comparativo e maximizou o impacto do projeto ao contribuir para uma inserção internacional.

O projeto implicou um contacto com o real a partir de uma perspetiva semiestruturada que envolveu várias etapas e vários métodos, articulados num plano de investigação qualitativo.

O projeto teve, assim, objetivos descritivos, visando mapear as empresas sociais, os seus significados, os atores e quadros institucionais que compõem os seus ecossistemas em Portugal, os seus diferentes modelos e, ainda, os seus diferentes papéis e estratégias na resolução de problemas sociais e societais. Incluiu também objetivos exploratórios, que pretenderam identificar e compreender os efeitos dos contextos e das instituições sobre as empresas sociais e vice-versa, quer ao nível do desenvolvimento de diferentes modelos, quer ao nível do seu papel nos desafios sociais e societais.

### 4.1. Pesquisa transversal e longitudinal

A análise transversal ocorre num ponto do tempo e permite analisar diferenças entre casos, enquanto a análise longitudinal observa um fenómeno (ou caso) ao longo do tempo. Esta análise foi efetuada transversalmente ao nível macro, dado o universo do projeto — as empresas sociais em Portugal — mas também porque muitos dos fatores institucionais que pesam sobre as empresas sociais — nomeadamente legislação, políticas, financiamentos, discursos — existem sobretudo a nível nacional, das organizações, políticas e leis que as enquadram institucionalmente, por um lado, e dos discursos dos atores sociais, por outro. Pretendeu-se identificar, descrever e compreender quais são os atuais quadros institucionais e legais, atores e significados em torno do conceito de empresa social.

Recorreu-se também a pesquisa vertical para identificar as trajetórias institucionais das empresas sociais em Portugal, percebendo como o conceito, as instituições e outros aspetos mais gerais de contexto evoluíram, desde a Revolução Democrática e a criação do Estado-Providência e da relação democrática entre Estado e sociedade civil. Pretendeu-se perceber esta evolução na investigação, nas políticas e nas instituições, concebidas como fazendo parte da “criação” do conceito.

### 4.2. Estudo de caso múltiplo

Dada a inexistência, em Portugal, de estudos intensivos abrangendo a diversidade das empresas sociais, optou-se pelo Estudo de caso múltiplo. O Estudo de caso é um desenho de pesquisa utilizado quando se quer preservar a complexidade dos fenómenos sociais no seu contexto, estando geralmente associado ao uso de vários métodos com vista a capturar essa mesma complexidade (Yin 2009). No estudo de organizações, permite manter a natureza holística e configuracional do caso e, como tal, manter a integridade ou, pelo menos, a complexidade do que se pretende estudar (Fiss 2009).

Os estudos de caso múltiplos com objetivos comparativos diferem dos estudos de caso únicos no sentido em que, além da compreensão da unidade do caso, se pretende também uma compreensão transversal das diferenças e semelhanças entre as unidades de análise. Segundo refere Yin (2009), um processo de investigação de Estudo de caso múltiplo envolve diferentes etapas. Uma etapa teórica, que implica a existência de uma teoria e de conceitos que se

pretendem estudar e que orientam na seleção do caso e no desenho do protocolo de recolha de dados. Uma segunda etapa empírica, que consiste na realização dos estudos de caso através da recolha de dados e na elaboração dos relatórios individuais dos casos. Uma terceira etapa analítica, que consiste na análise transversal dos casos, que possibilita a comparação constante, e no revisitar da teoria inicial com o objetivo de a modificar, recorrendo à estratégia da indução analítica, e terminando com o relatório transversal dos casos.

Os estudos de caso múltiplos têm possibilidade de generalização, ainda que não de universalização. O estudo realizado permite uma generalização que, num primeiro momento, se limita aos casos estudados. Todavia, a sua discussão e comparação com a literatura internacional e, em especial, o projeto ICSEM valida esta generalização. Tal não quer dizer, todavia, que possamos afirmar que os modelos identificados são tipos empíricos das empresas sociais em Portugal, pois tal envolveria uma pesquisa mais extensiva. Todavia, podem ser tomados como base de tipos-ideais que podem ser contrastados com outros casos empíricos.

As estratégias de análise de casos também variam, sendo uma das principais distinções a natureza da investigação que se pretende: de carácter dedutivo ou indutivo. Esta última está orientada para a construção de teoria, pelo que é o caso que deve ajudar a construir a teoria. A dedutiva significa que se parte com uma teoria, neste caso uma tipologia. A tipologia, proposta no âmbito da investigação europeia e do projeto ICSEM, permitiu partir para a análise com um conjunto de categorias que foram comparadas entre os casos.

### **4.3. Análise dedutiva**

A construção de uma tipologia segue a tendência internacional de abordagem às empresas sociais, na linha da tipologia classificativa tridimensional da abordagem europeia.

Diferentemente dos tipos-ideais, os tipos empíricos devem encontrar correspondência na realidade (Lehnert 2007). O Estudo de caso teve, entre os seus objetivos, testar e reconstruir uma tipologia de empresas sociais em Portugal, pretendendo, assim, verificar até que ponto as tipologias propostas internacionalmente, nomeadamente a desenhada no âmbito do projeto ICSEM, se aproximam e divergem de uma tipologia de modelos de empresas sociais a identificar em Portugal.

O nosso objetivo implicou a construção de uma tipologia empírica que acompanhou o desenvolvimento da tipologia empírica do projeto ICSEM. Todavia, enquanto no projeto ICSEM esta tipologia se propõe a um grau de generalização que se pretende estender além dos casos estudados, dada a existência de um maior número de casos e uma menor profundidade, no projeto TIMES optou-se por uma investigação aprofundada, através da realização de estudos de caso, tendo em conta o pouco conhecimento existente em Portugal. Assim, a generalização da tipologia empírica desenvolvida no âmbito dos estudos de caso múltiplos do projeto TIMES diz respeito aos casos estudados, com potencial de transferibilidade para outros casos. Ou seja, a construção dos casos propõe uma generalização teórica que tem o potencial de atribuir à tipologia empírica um estatuto de tipo-ideal que pode servir de referência para a comparação de organizações com os diferentes modelos de empresa social.

Os dados recolhidos atendem aos indicadores da abordagem tridimensional às empresas sociais mas aprofundam-nos. Incluem também dados de contexto institucional.

Esta abordagem permite, assim, a combinação do teste de teoria e da construção de teoria, que, através do seu refinamento e enfoque das características empíricas para as características cruciais, pode levar ao desenho de tipos-ideais.

Na construção de tipologias empíricas, Kluge (2000) identifica quatro etapas: elaboração teórica, agrupamento, explicação e caracterização.

A construção da tipologia empírica recorreu à análise de conteúdo qualitativa dedutiva (Mayring 2000), que implicou, primeiro, a análise transversal temática dos relatórios dos casos, estruturada na linha das principais dimensões das empresas sociais e das suas características previamente formuladas no projeto ICSEM e nos passos anteriores do projeto. As características dentro de cada uma das três dimensões — social, económica e de governança — foram analisadas e codificadas transversalmente em todos os relatórios e, seguidamente, através de uma estratégia indutiva, foram criadas novas categorias e subcategorias que permitiram a emergência de aspetos relevantes relativamente a cada uma das características iniciais. Num segundo momento, estes atributos foram reagrupados em termos de variação interna com vista a um maior grau de abstração e, como tal, de generalização.

Num segundo momento, os casos foram agrupados em termos das suas características ao longo das três dimensões, de acordo com diferenças e semelhanças relativamente a essas características. Como a seleção dos casos partiu de uma hipótese tipológica, verificou-se, em primeiro lugar, o ajustamento dos casos a essa hipótese. Assim, os casos foram rearrumados, tendo surgido subtipos em relação à proposta inicial e casos de fronteira. Num terceiro momento, os grupos de casos foram explicados, numa análise transversal das características nas diferentes dimensões em relação ao seu grau de convergência e proximidade, mas também em relação às suas diferenças, e tendo em conta investigação anterior. Finalmente, efetuou-se a descrição de cinco tipos de empresa social em Portugal de acordo com as suas características, tendendo-se para um grau de abstração que ignora os casos concretos que lhe deram origem.

#### **4.4. Análise indutiva**

Os casos foram também trabalhados para outros objetivos, tendo em conta as questões de investigação do projeto, nomeadamente a identificação dos papéis das empresas sociais na resolução de problemas sociais e societários, tendo objetivos exploratórios. Diferentemente da análise dedutiva para a identificação de tipos ideais de empresas sociais, pretendeu-se, aqui, fazer emergir a informação a partir da análise.

Na análise de conteúdo indutiva, as categorias são geradas a partir da interpretação (Mayring 2000). Os dados qualitativos resultantes dos relatórios dos casos foram organizados e, através de codificação aberta, foram identificadas as categorias numa leitura transversal em busca de temas, ideias e tendências que apontam para as áreas em observação — emprego e empregabilidade, sustentabilidade, inclusão social, arte e cultura (áreas que também foram refinadas durante a análise). Em releituras subsequentes, a análise de conteúdo focou a informação de cada uma das áreas temáticas e, com nova leitura transversal dos relatórios relevantes, desenvolveu-se nova codificação relativa a problemas sociais e soluções específicas, retendo-se excertos dos casos concretos a título ilustrativo, procurando um equilíbrio entre abstração e concretização. Estas categorias foram depois cruzadas com outros estudos e informações. Procurou-se, sobretudo, uma análise descritiva e tão ampla quanto possível dos diferentes problemas sociais e diferentes soluções que as empresas sociais apresentam em cada uma das áreas temáticas.

## 5. Técnicas de produção e análise de dados

Nas diversas atividades do projeto, recorreu-se a um leque de técnicas de produção e de análise de dados empíricos numa perspetiva de triangulação, tendo em conta os vários níveis de análise e a natureza qualitativa e aprofundada dos objetivos descritivos e exploratórios desta investigação.

### 5.1. Recolha e análise documental

Realizou-se o levantamento e análise de documentos, que teve como objetivo gerar informação contextual e de base para os objetivos do estudo em vários momentos da investigação.

Num primeiro momento, procedemos à análise de documentos legais e políticos relativos às políticas relacionadas com as empresas sociais e ao campo mais alargado da economia social, bem como documentos produzidos por atores relevantes. A análise contou também com revisão de fontes secundárias, nomeadamente textos de investigação técnica ou científica relevante. Os documentos foram trabalhados como fontes e não como texto (Karppinen e Moe 2012), o que significa assumirmos que documentam a intenção da sua autoria e representam factos num determinado processo, pois o que nos interessou foi enumerar as políticas, os interesses, as intenções e as ações com influência no campo das empresas sociais e conceitos vizinhos. A análise descritiva teve, assim, como objetivo documentar factos. Ao providenciar contextualização, os documentos contribuíram para caracterizar o contexto institucional das empresas sociais e, através de análise longitudinal, a evolução deste mesmo contexto institucional, permitindo identificar as trajetórias dessas mesmas instituições e das empresas sociais nesses contextos. Por outro lado, esta análise também contribuiu para a elaboração dos guiões de entrevistas semiestruturadas a informantes privilegiados nacionais.

Um outro momento de recurso à análise documental ocorreu no contexto do Estudo de caso múltiplo. Foram analisados documentos organizacionais, como declarações de missão, relatórios financeiros, relatórios de atividades, planos, documentação de projetos, etc., com a mesma abordagem à sua factualidade, para documentar aspetos da caracterização tridimensional das organizações. Esta informação integrou os relatórios dos casos e apoiou, também, a construção dos guiões de entrevista, permitindo identificar, por um lado, a informação factual adicional a recolher e, por outro, suscitar posições e reflexividade dos entrevistados.

Num terceiro momento, a análise documental ocorreu no contexto da identificação dos contributos das empresas sociais perante desafios sociais e societários, mais uma vez com objetivos de contextualização e factuais, para aprofundar a informação proveniente de outros métodos relativamente à caracterização e contextualização desses mesmos desafios, nomeadamente com recurso a documentos primários, como legislação e relatórios de entidades oficiais, ou secundários, como estudos.

A análise consistiu numa leitura inicial dos documentos, identificação de intertextualidade para identificação de outros documentos relevantes, localização de temas e dados factuais relevantes, e interpretação.

## 5.2. Entrevistas semiestruturadas

Foram conduzidas 16 entrevistas semiestruturadas com **atores-chave** no campo das empresas sociais e da economia social em Portugal, com vista a identificar os diferentes significados atribuídos ao conceito de empresa social e conceitos conexos e à caracterização institucional. Através de amostragem intencional, procedeu-se à escolha de informantes-chave em posições de direção em organizações federativas, de apoio ou financiadoras e especialistas, tendo em conta, por um lado, o seu acesso privilegiado à informação e, por outro, a sua influência nos contextos das empresas sociais. Assim, as representações e significados atribuídos por parte destes atores-chave têm um efeito material nesse mesmo contexto. Um guião de entrevista prévio, com questões abertas, permitiu manter o foco nos temas a investigar, ao mesmo tempo que a flexibilidade deste tipo de entrevista permitiu o aprofundamento ou a emergência de novos temas relativos ao conceito de empresa social e conceitos vizinhos, e a dimensões e debates relevantes do conceito. Estas entrevistas foram objeto de análise temática semântica e latente.

Foram também realizadas entrevistas semiestruturadas no **Estudo de caso múltiplo** junto de dirigentes e técnicos das 19 empresas sociais estudadas para caracterização destas nas suas dimensões social, económica e de governança, bem como as suas relações intersetoriais, as suas estratégias, a evolução dos seus quadros institucionais e os seus discursos. Tal como no caso anterior, os entrevistados foram selecionados pelo seu lugar de acesso privilegiado à decisão e à informação. Interessou-nos obter dados factuais de caracterização das organizações em termos da sua estrutura e processos, e da sua relação com o seu contexto, bem como representações e sentidos atribuídos pelos atores, quer às práticas organizacionais e relações com o ambiente institucional, quer a alguns conceitos e temas relevantes no âmbito deste estudo. Estas entrevistas não foram objeto de transcrição. Em vez disso, informações factuais, descrições e excertos das entrevistas foram incluídos nos relatórios dos casos estudados.

## 5.3. Entrevistas estruturadas

Também no âmbito do Estudo de caso múltiplo foram realizadas entrevistas estruturadas, junto dos dirigentes e técnicos, para caracterização das empresas sociais nas suas dimensões social, económica e de governança. O guião foi traduzido do questionário utilizado no projeto ICSEM, e os dados codificados de acordo com o *coding book* deste projeto. Estes dados permitiram construir uma base de dados dos casos, contendo indicadores quantitativos e qualitativos das características das empresas sociais estudadas, permitindo, assim, a comparação com os resultados do projeto ICSEM.

## 5.4. Focus groups

Foram conduzidos quatro *focus groups online* síncronos (Lobe e Morgan 2021) com os representantes de empresas sociais distribuídas por quatro áreas de atividade — Emprego e empregabilidade, inclusão social, ambiente e sustentabilidade, e arte e cultura. Nestes *focus groups*, pretendeu-se aprofundar a informação relativa ao contributo das empresas sociais na identificação e resposta a desafios sociais e societais, bem como identificar como o enquadramento institucional existente condiciona o desenvolvimento destes seus papéis, assim como as formas como procuram influenciar os quadros institucionais. Foram convidadas as organizações participantes do Estudo de caso, bem como outras organizações atuantes nas diferentes áreas temáticas.

Segundo Bloor *et al.* (2001), a técnica dos *focus groups* pode ter várias utilizações como técnica principal, permitindo dar conta sobretudo de normas e sentidos, ou como auxiliar no início, durante ou no fim de uma investigação mais vasta. Durante a investigação, pode ser usada numa estratégia de triangulação, para recolher dados adicionais numa perspetiva de replicação das conclusões da análise proveniente de outras técnicas, ou apoiar na interpretação de dados provenientes de outras técnicas. No final, pode ser usada como forma de comunicação dos resultados da pesquisa, podendo incluir os próprios participantes da pesquisa, podendo gerar novas perceções, permitindo aprofundar ou alargar a análise inicial. Neste último caso, o exercício de focalização é feito com base num relatório dos resultados de pesquisa previamente distribuído ou apresentado aos participantes.

O texto das transcrições dos *focus groups* foi objeto de codificação para análise indutiva qualitativa, tendo os resultados sido comparados com os resultados e interpretações da análise indutiva realizada aos relatórios dos estudos de caso. Defendendo, tal como Bloor *et al.* (2001), que os *focus groups* não servem para exercícios de validação empírica de caráter positivista, consideramos, porém, que podem ser inseridos numa perspetiva de coconstrução do conhecimento.

## 6. Atividades

### 6.1. Análise do estado da arte em Portugal

Procedeu-se à elaboração de uma análise do estado da arte sobre empresas sociais e conceitos conexos focalizada no contexto português.

A recolha bibliográfica foi realizada através de uma pesquisa na base de dados da B-ON e no Google Académico, através do cruzamento das seguintes palavras-chave com Portugal: empresas sociais, inovação social, empreendedorismo social, setor não lucrativo, economia social, economia solidária, negócio social, terceiro setor, cooperativas, IPSS, associações, mutualidades e fundações. A inclusão de conceitos adjacentes ao de empresa social deve-se ao reconhecimento de que o conceito de empresa social está pouco presente em Portugal e da constatação de que a realidade das empresas sociais internacionalmente é perpassada por um conjunto de outros conceitos vizinhos que acabam por ter interferência nas possíveis conceções do conceito de empresa social.

A análise centrou-se, por um lado, nos estudos que utilizaram o conceito de empresa social em Portugal, o que permitiu identificar que, em diferentes momentos, desde 2001, o conceito foi sendo aplicado a diferentes tipos de organizações, cooperativas, empresas de inserção, IPSS e empreendedorismo social. Esta análise permitiu construir uma trajetória do conceito e realizar uma identificação inicial de diferentes abordagens ao conceito que se desenvolveram ao longo do tempo.





## 6.2. Mapeamento dos principais atores e quadros institucionais das empresas sociais

Na preparação do trabalho empírico, foi efetuada uma primeira identificação dos atores-chave, instituições e documentos relevantes para as empresas sociais em Portugal através de *desk research*, com recurso, sobretudo, à Internet. O *site* da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, foi um importante ponto de partida para esta pesquisa, bem como os *sites* de entidades federativas. Foi também importante o mapeamento efetuado no relatório sobre o ecossistema das empresas sociais em Portugal (Ferreira 2019), que inclui informação sobre quadros legais, políticas, redes e mecanismos de apoio, investigação e educação, e financiamento.

Através da análise intertextual dos documentos ou dos *sites* de organizações relevantes foi possível encontrar outros documentos e atores. Este mapeamento permitiu identificar os atores relevantes do campo das empresas sociais na sua diversidade, entre investigadores, decisores políticos, organizações federativas ou de apoio, investigadores e consultores, e financiadores. Com base na investigação internacional e no estado da arte, percebeu-se que seria importante efetuar um mapeamento amplo dos atores e documentos não apenas associados ao conceito de empresa social mas também de economia social e solidária e de empreendedorismo e inovação social.

## 6.3. Análise documental de quadros políticos e legais

Depois de realizado o mapeamento das leis e políticas públicas relevantes na regulamentação e apoio à atividade das empresas sociais em Portugal, quer nacionais, quer europeias, esta documentação foi objeto de análise para, em conjunto com o apoio da literatura científica e técnica, formular uma hipótese relativa às trajetórias institucionais das empresas sociais em Portugal. Foram analisados alguns dos principais instrumentos legais, como a Constituição da República Portuguesa e a Lei de Bases da Economia Social. Foi consultada a legislação específica e respetivas alterações, das diferentes formas jurídicas das empresas sociais, como cooperativas, misericórdias, associações mutualistas, Instituições Particulares de Solidariedade Social, e outros estatutos e regras de registo, como Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD), Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA), Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência (ONGPCD), e declarações de utilidade pública. Foram também analisados documentos enquadradores de algumas organizações relevantes, como a CASES e o Conselho Nacional para a Economia Social. Foram analisados programas públicos, como a iniciativa Portugal Inovação Social, medidas de apoio ao investimento em capital de risco, e a legislação e documentos enquadradores da cooperação entre o Estado e as IPSS, e o Código da Contratação Pública. Ao nível europeu, foi analisada a documentação diversa relativa à promoção das empresas sociais e de inovação social, como, por exemplo, a Social Business Initiative e, ainda, a transposição destas estratégias através dos fundos estruturais no âmbito do Portugal 2020, do Acordo de Parceria, e da sua expressão nos Planos Operacionais Regionais e em Planos Operacionais Temáticos, como o POISE e o COMPETE.

## 6.4. Realização de entrevistas a informantes privilegiados

Na sequência do mapeamento realizado com recurso a *desk research*, bem como da revisão da literatura sobre o conceito de empresa social em Portugal, foram identificados 30 atores relevantes, incluindo investigadores, decisores políticos, organizações federativas ou de apoio, investigadores e consultores, e financiadores. Estes atores foram selecionados de acordo com

a sua representatividade relativamente à sua proximidade aos conceitos de empresa social ou conceitos conexos, como economia social, e as suas formas organizativas, economia solidária, empresas de inserção, bem como empreendedorismo social e inovação social.

Foram realizadas 16 entrevistas aos informantes privilegiados que acederam ser entrevistados, com uma duração média de 1 hora e 45 minutos. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra.

Tabela 1-3. Atores-chave entrevistados

Nome	Posição	Organização	Data
João Leite	Especialista em economia social	Individual	22/11/2018
Rui Namorado	Especialista em cooperativismo	Universidade de Coimbra	19/11/2018
Jorge de Sá	Presidente	CIRIEC Portugal	20/11/2018
João Dias	Presidente-adjunto	CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social	28/11/2018
Manuel de Lemos	Presidente	União das Misericórdias Portuguesas	08/01/2019
José Alberto Pitacas	Especialista em mutualismo	Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas do Montepio	20/11/2018
Eugénio Fonseca	Presidente	Cáritas Portugal	27/11/2018
Rogério Roque Amaro	Especialista em economia solidária	RedPES – Rede Portuguesa de Economia Solidária	08/01/2019
Célia Pereira	Coordenadora-geral	Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária	31/1/2019
Filipe Almeida	Presidente	Estrutura de Missão Portugal Inovação Social	06/12/2018
Carlos Azevedo	Presidente do Conselho de Administração	IES Social Business School	12/12/2018
Liliana Ávila	Especialista em empreendedorismo social	Universidade de Aveiro	28/11/2018
Inês Sequeira		Casa do Impacto da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)	19/11/2018
Rogério Cação	Presidente Vice-presidente	CONFECOOP FENACERCI	21/11/2018
Carlota Quintão	Especialista em empresas de inserção	RESIT – Rede de Empresas Sociais de Inserção pelo Trabalho	26/11/2018
Júlio Paiva	Especialista em empresas de inserção	Rede Anti-Pobreza (EAPN) Portugal	27/11/2018
Rui Gonçalves	Diretor do gabinete da presidente	Fundação Calouste Gulbenkian	20/11/2018

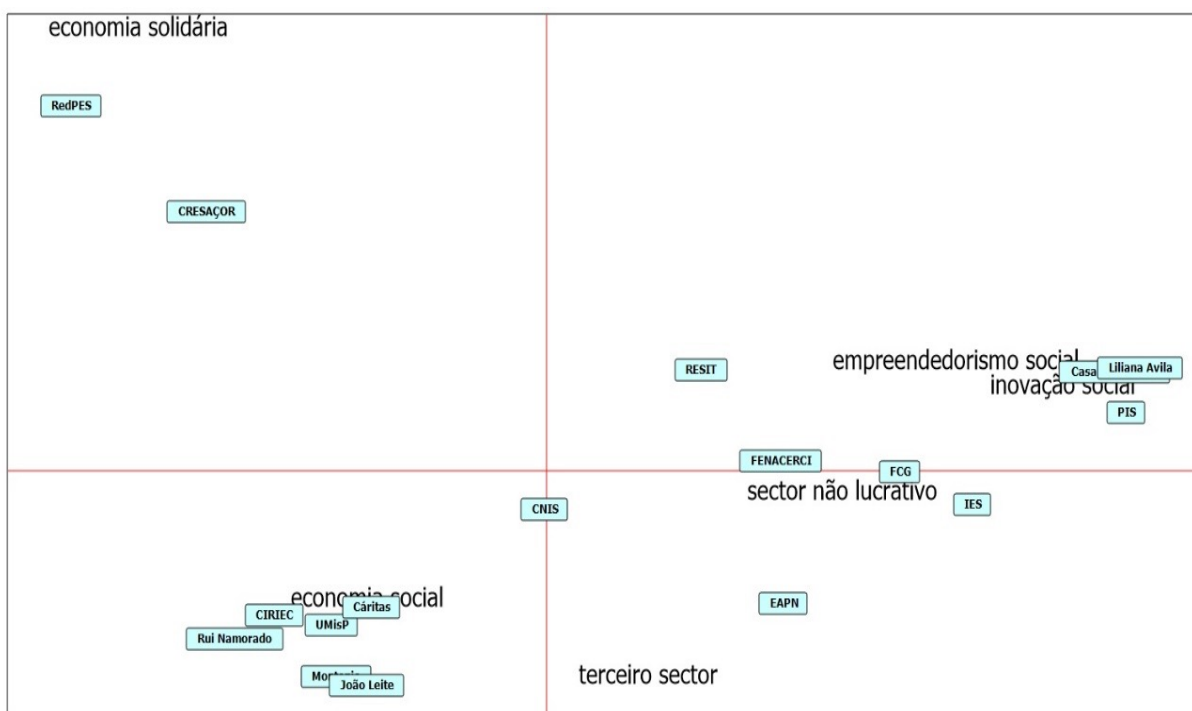
O guião da entrevista foi semiestruturado e estava dividido em quatro partes: 1) Apresentação: pretendeu-se fazer um enquadramento do trabalho do/a entrevistado/a e da organização por ele/a representada (quando aplicável) e perceber quais as perspetivas e atividades mais importantes; 2) Conceito e realidade de empresa social: procurou-se perceber o que são, na perspetiva dos entrevistados, empresas sociais e como se posicionam face às dimensões económica, social e de governança, independentemente de reconhecer ou não o conceito de empresa social. Foi considerada a conceção do informante privilegiado de empresa social e procurou-se saber que tipo de organizações caberiam nessa perspetiva; 3) Trajetórias institucionais: pretendeu-se explorar fatores, medidas ou contextos que o/a informante privilegiado/a entendesse poder favorecer ou obstaculizar — ao nível político, legal, privado ou da sociedade — a emergência ou o desenvolvimento das empresas sociais em Portugal de acordo com o significado atribuído pelos/as informantes privilegiados/as. Num momento final, solicitou-se aos/às informantes privilegiados/as informações relativamente a documentação que considerassem relevante integrar no nosso estudo, bem como a indicação de exemplos de empresas sociais e áreas de atuação.

Estas entrevistas foram transcritas e objeto de análise temática semântica, identificando significados explícitos, sobre os quais os/as entrevistados/as foram questionados diretamente, e latentes, à procura de ideias, conceitos, significados e assunções implícitas nos discursos, como, por exemplo, o significado de “economia” ou de “empresa” (Terry *et al.* 2017).

Através de uma primeira análise transversal aberta, e tendo em conta os temas do guião de entrevista, identificaram-se temas que depois permitiram a codificação transversal do texto e a identificação de novos temas. A partir daqui, através de interpretação, procedeu-se à elaboração dos temas, tendo em consideração a ligação entre os discursos e os significados e as experiências e contextos dos/as entrevistados/as.

Com recurso ao programa QDA Miner, realizou-se uma análise de correspondência que teve em conta o modo como os/as informantes privilegiados/as se posicionavam em relação aos/às outros/as, tendo em conta a frequência do uso de conceitos como economia social, economia solidária, terceiro setor, setor/organização não lucrativo/setor sem fins de lucro, inovação social e empreendedorismo social. Esta análise tornou possível perceber a proximidade e o afastamento dos/as informantes em relação aos diferentes conceitos, bem como a proximidade entre atores, permitindo identificar quatro grupos em relação aos quais identificámos quatro discursos principais.

Figura 1-4. Frequência da utilização dos conceitos por parte dos informantes



#### 6.4.1. O discurso da economia social

Este grupo integra os/as entrevistados/as especialistas em economia social e algumas das suas organizações, como as cooperativas e as mutualidades. Inclui também informantes privilegiados/as ligados/as à maior parte dos órgãos federativos de organizações da economia social. São *stakeholders* que se reveem no processo de fixação institucional do conceito de economia social, nos instrumentos que o sustentam, como a Lei de Bases da Economia Social, e nos princípios e formas legais que conformam este conceito, conforme legalmente definido. Este processo fez com que alguns outros conceitos que até então contribuíam para dividir o campo tivessem perdido proeminência, na medida em que a ele aderiram todos os tipos de organizações definidas na Lei de Bases. Estes atores tendem a preferir o conceito de empresas da economia social.

#### 6.4.2. O discurso da economia solidária

Este grupo integra os/as informantes privilegiados/as que se identificam com o conceito de economia solidária, pois estão ligados à emergência do conceito em Portugal, nomeadamente na sua aceção da região da Macaronésia, bem como às discussões e redes internacionais estruturadas em torno do conceito, quer na América Latina, quer na Europa. São também atores que estão ligados a estruturas federativas em Portugal que reúnem organizações que se identificam com esta conceito.

#### 6.4.3. O discurso do empreendedorismo social

Este grupo integra os/as entrevistados/as cujos discursos recorrem mais frequentemente aos conceitos de empreendedorismo social e de inovação social ou a outros conceitos que fazem parte da nova semântica deste campo, como impacto social, investimento social, etc. Trata-se de um discurso mais recente, grandemente tributário de tendências internacionais, nomeadamente as políticas da União Europeia, e em que alguns destes atores têm tido um significativo protagonismo. O discurso enfatiza o perfil do empreendedor social perseverante que dirige uma organização flexível e resolve os problemas sociais de forma inovadora. Tende também a privilegiar uma perspetiva empresarial e mercantil e assume uma crescente diluição de fronteiras entre o social e o económico. Esta perspetiva é mais tributária dos quadros teóricos e discursivos que encontramos nos autores norte-americanos.

#### 6.4.4. O discurso do empreendedorismo coletivo

Este grupo integra um conjunto de *stakeholders* com uma maior diversidade interna que tendem a articular discursos que combinam conceitos como os de economia social, economia solidária, terceiro setor, empreendedorismo social e inovação social. Têm, pois, uma posição mais eclética relativamente à possibilidade de articulações entre os conceitos. Associam os conceitos de inovação social e de empreendedorismo às organizações sem fins lucrativos, incluindo cooperativas de solidariedade social e empresas de inserção pelo trabalho, enquanto forma de empreendedorismo coletivo, concebendo-se a sua capacidade de desenvolver inovações sociais com potencial de mudança social. Consideramos este grupo como estando mais próximo da tradição Europeia de empresa social.

### 6.5. Desenho de uma tipologia exploratória

A partir da informação consolidada da análise do Estado da Arte, análise de quadros políticos e institucionais, e tendo em conta os indicadores relativos às três dimensões de empresas sociais, análise das entrevistas a informantes privilegiados/as, foi possível desenhar uma primeira hipótese sobre os modelos de empresa social existentes em Portugal e identificar áreas de atuação relevantes.

Assim, identificaram-se três modelos em alinhamento com os modelos identificados no projeto ICSEM, a saber, as organizações não lucrativas empreendedoras (ONLE), as cooperativas sociais e os negócios sociais. Além destes, pela sua relevância, identificaram-se ainda os modelos das empresas sociais de inserção e as empresas da economia solidária. Considerou-se também que, dadas as características das associações mutualistas em Portugal, faria sentido enquadrá-las no modelo das cooperativas sociais.

**Tabela 1-4. Proposta de modelos de empresa social em Portugal**

Modelos	Formas legais/estatutos	Social	Económica	Governança
Cooperativas sociais e mutualidades	CERCI e outras cooperativas sociais, associações mutualistas	+++	++	+++
Empresas de inserção	Empresas de inserção, centros de emprego protegido em OES	+++	++	-
Organizações não lucrativas empreendedoras	Associações, misericórdias, fundações, organizações religiosas	+++	++	+
Empresas da economia solidária	Organizações de desenvolvimento local, novas cooperativas	+++	++	+++
Negócios sociais	Sociedades por quotas ou anónimas, e trajetória de associações para empresas privadas	++	+++	-

Entre as áreas de atuação relevante das empresas sociais, identificaram-se a inclusão social — integrando organizações que atuam no campo dos serviços sociais, educação e de saúde em proximidade com o Estado-Providência — o emprego e a empregabilidade — incluindo organizações orientadas para a promoção do emprego de pessoas em situação de desvantagem, bem como na mitigação de novos riscos como a precaridade laboral — o ambiente e a sustentabilidade — incluindo organizações orientadas para o desenvolvimento sustentável de territórios e para a proteção ambiental — e, por fim, o campo das empresas sociais que intervêm na, e através da, cultura e da arte para atingir objetivos sociais.

Por se tratar de informantes privilegiados/as, não foi considerada adequada a anonimização dos entrevistados. Todavia, existiu o compromisso de que todas as publicações que contivessem transcrições das entrevistas seriam enviadas aos entrevistados para sua concordância, o que ocorreu.

## 6.6. Criação de uma base de dados de empresas sociais

As atividades anteriores evidenciaram a incipiência de estudos científicos sobre empresas sociais em Portugal, bem como as visões parcelares dominantes nos discursos e nas instituições, evidenciando que as empresas sociais têm sido abordadas com enfoque em determinados tipos de empresas ou formas organizacionais, mas nunca foram estudadas na sua globalidade. Esse aspeto colocou a investigação perante o desafio de determinar o universo que iria compor o Estudo de caso.

Uma abordagem de caso múltiplo implica uma seleção cuidadosa a partir da teoria/tipologia a testar (Yin 2009). As unidades de análise são escolhidas com vista a replicar a tipologia a testar e permitir uma compreensão aprofundada do caso e dos vários tipos. Assim, com o objetivo de selecionar as unidades de análise representativas dos modelos de empresa social em Portugal, foi criada uma base de dados de empresas sociais com recurso a diferentes fontes, suficientemente diversas para refletir os diferentes “mundos” das empresas sociais e as diferentes áreas de intervenção. Estas fontes incluíram:

- Organizações identificadas pelos/as informantes privilegiados/as durante as entrevistas semiestruturadas, tendo sido incluída uma questão sobre casos de empresas sociais recomendados para serem estudados. Além disso, alguns dos participantes mencionaram alguns casos para exemplificar questões abordadas nas suas respostas. Todos esses casos foram contemplados na base de dados;
- Experiências analisadas em dissertações, artigos e trabalhos académicos, num total de 34, em especial dissertações de mestrado sobre empresas sociais, economia social, economia solidária, empreendedorismo social, empresas de inserção e inovação social;
- A base de dados do Mapa da Inovação e do Empreendedorismo Social (MIES). Trata-se de um estudo publicado em 2015 pelo IES–Social Business School e pelo Instituto Padre



António Vieira (IPAV) com o objetivo de identificar projetos de inovação e empreendedorismo social de elevado potencial de impacto. Foram incluídas na base de dados as organizações de origem das iniciativas, depois de identificadas as que ainda se encontravam em funcionamento, distribuídas pelas regiões Norte, Centro e Alentejo, sobre as quais o estudo MIES incidiu. Foram incluídas 134 iniciativas;

- d) Organizações vencedoras do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio. Trata-se de uma realização da CASES com o intuito de reconhecer publicamente iniciativas e pessoas com atuações consideradas significativas. O prémio desdobra-se numa linha que reconhece organizações da economia social que se destacam em termos de inovação e sustentabilidade e noutra que reconhece personalidades da economia social. As organizações premiadas foram incluídas na base de dados, bem como dirigentes de organizações reconhecidos/as com o prémio personalidade;
- e) Organizações da base de dados da Rede Convergir. Trata-se de uma plataforma que integra iniciativas orientadas para a sustentabilidade ambiental e que visam um horizonte de mudança societal. A nossa seleção teve em linha de conta a maturidade dos projetos e elementos caracterizadores que se ajustavam ao conceito de empresa social;
- f) Organizações pertencentes à RedPES – Rede Portuguesa de Economia Solidária. Segundo nos referiu um/a dos/as informantes privilegiados/as, esta rede agrega várias correntes de economia solidária existentes em Portugal, como as neoanarquistas, as do ecologismo e do movimento de transição, e a corrente católica de base;
- g) Organizações do projeto CREATUR, desenvolvido no Centro de Estudos Sociais. Trata-se de um projeto de investigação-ação sobre turismo criativo em cidades de pequena dimensão e áreas rurais, que envolveu organizações dos setores criativo/cultural e turístico nestes territórios para a criação de 40 ofertas de turismo criativo por parte destas organizações;
- h) Casos estudados no âmbito do projeto SEFORIS, desenvolvido na Universidade de Aveiro. Trata-se de um estudo internacional com o intuito de realizar uma caracterização organizacional de empresas sociais e respetivos/as empreendedores/as sociais. Foram incluídos na base de dados os seis casos caracterizados no relatório do projeto como ilustração de empresas sociais portuguesas.

Tendo presente a diversidade das fontes de informação em termos de abordagens e unidades de análise (projetos e organizações), a base de dados foi construída com classificações que permitissem uma descrição dos casos de modo a aproximá-los, tanto quanto fosse possível relativamente à informação publicamente disponível, da abordagem assumida pela definição de empresa social do projeto ICSEM. Assim, a base de dados incluiu nome do projeto (caso exista), nome da organização, região geográfica, *site*, origem, forma legal, área de intervenção, público-alvo, tipo de recursos, existência de trabalho. Caso as fontes da informação não apresentassem alguns destes dados, os mesmos foram pesquisados nos *sites* e no facebook das organizações.

Os critérios de inclusão na base de dados privilegiaram a atuação nas áreas de atividade definidas para o estudo, a saber, inclusão social, emprego e empregabilidade, sustentabilidade local e ambiental, e arte e cultura. Privilegiou-se a variedade de formas organizacionais típicas da economia social e também formas de empresas privadas identificadas como tendo iniciativas de inovação social. Incluíram-se organizações que têm atividade económica e trabalhadores e, na medida do que foi possível identificar, uma pluralidade de recursos.

Esta base de dados foi utilizada para a seleção da amostra das empresas sociais e das organizações participantes nos *focus groups*, usando-se uma lógica de amostragem intencional que procurou identificar casos típicos que ilustrassem a diversidade dos diferentes modelos de empresa social.

## 6.7. Realização de Estudo de caso múltiplo

### 6.7.1. Seleção da amostra e unidade de análise (*casing*)

A construção do caso é também uma operação de pesquisa, pois implica escolher, entre a multiplicidade de observações possíveis, as que são relevantes para os objetivos do estudo (Byrne e Ragin 2020). O caso múltiplo foi construído a partir de uma delimitação organizacional, tendo em conta o objetivo de conhecer as características formais das organizações nas três dimensões identificadas — social, económica e de governança — e identificar as relações entre estas organizações e o seu ambiente, em particular no que se refere às influências do contexto institucional, às relações com os problemas sociais, as suas fontes de recursos e aos seus *stakeholders* externos. Os pontos de entrada foram as informações provenientes dos documentos organizacionais e as entrevistas com responsáveis e técnicos/as das organizações. Em relação à delimitação temporal, adotou-se uma perspetiva histórica, para identificação da trajetória da organização até ao ano de referência do estudo (2018). Relativamente à delimitação espacial, privilegiou-se a variedade geográfica no contexto de Portugal, ainda que sem objetivos analíticos.

A partir da base de dados de empresas sociais, foi selecionada uma amostra de empresas sociais que se procurou representativa dos diferentes modelos de empresas sociais portuguesas identificados anteriormente e das diferentes áreas de intervenção. A seleção da amostra seguiu um critério intencional, procurando identificar os casos mais típicos dentro dos diferentes modelos, no que se refere às dimensões organizacionais de empresa social e às suas trajetórias organizacionais. Esta caracterização implicou uma nova consulta dos *sites* das organizações.

As organizações foram contactadas por correio eletrónico com o convite para a participação no Estudo de caso do projeto e a identificação dos objetivos do projeto, bem como das informações que viriam a ser necessárias, incluindo documentação e entrevistas. Perante a indisponibilidade e/ou a falta de resposta por parte de algumas organizações, estas foram sendo substituídas por outras que representassem o mesmo modelo e área de atividade. Foi particularmente difícil obter respostas representativas do modelo dos negócios sociais e da área da sustentabilidade ambiental, nomeadamente porque muitas organizações não se reconheceram no conceito de empresa social. Trata-se também de um modelo e área onde existem menos organizações.

As unidades de análise incluíram 19 unidades de análise de 15 organizações selecionadas inicialmente. A identificação de 19 unidades de análise resulta de uma opção pela identificação da empresa social não necessariamente vinculada à forma legal e vice-versa. Assim, identificámos duas empresas de integração pelo trabalho dentro de duas organizações, uma associação anexa a outra organização e duas entidades legais — portanto, analisáveis individualmente — para um mesmo projeto. Noutro caso de duas entidades legais para um projeto, não foi possível recolher informação suficiente para caracterizar uma das entidades. Estas opções foram discutidas com a consultora do projeto, Marthe Nyssens, à luz da experiência internacional com a investigação do projeto ICSEM. Apesar de a forma legal ser determinante de várias dimensões da empresa social, existem outras realidades em que as empresas sociais não se encontram legalmente constituídas. Além disso, alinhámos pelo conceito de empresa dissociado da forma legal e associado à atividade produtiva, conforme defendido por Rui Namorado em entrevista. Foi, portanto, a empresa que constituiu a nossa unidade de análise.

Foi assinado um protocolo de colaboração e consentimento informado, revisto pelo conselho de ética do Centro de Estudos Sociais, entre a investigadora principal do projeto e os/as representantes das organizações. Neste documento, expunham-se os objetivos do projeto,

a razão da seleção do caso e o tipo de informação e colaboração a ser solicitado à organização, nomeadamente estatutos, relatórios de contas e de atividades, e planos de atividades e, ainda, os planos e relatórios de alguns projetos/atividades mais significativos a identificar entre a equipa do TIMES e a organização. Incluiu-se também informação relativamente às entrevistas previstas e a sua duração. O protocolo incluiu o compromisso da equipa do TIMES relativamente à utilização exclusiva no âmbito do projeto, acesso reservado à equipa, arquivamento e destino da documentação e dos áudios das entrevistas. Incluiu ainda o compromisso de que a análise dos dados seria efetuada de modo agregado e anonimizado, e o compromisso de que a eventual publicação de uma descrição dos casos implicaria o envio e concordância prévia da organização.

Foi elaborado um guião para a produção de informação em torno das unidades de análise, tendo em conta a operacionalização dos indicadores das três dimensões das empresas sociais, identificando a informação a recolher na análise documental, nas entrevistas estruturadas e nas entrevistas semiestruturadas. A seguir apresenta-se a estrutura do guião.

### **Estrutura do guião**

- **Identificação**
- **Introdução**
- **Identidade**
- **Dimensão social**
  - Empreendedorismo social
  - Missão social/objetivos
  - Público-alvo
  - Bens e serviços produzidos
  - Impacto da organização
  - Inovação
- **Dimensão de governança**
  - Estrutura de propriedade
  - Governança/democracia
  - *Stakeholders*
  - Redes e parcerias
  - Participação política
  - Transparência e prestação de contas
- **Dimensão económica**
  - Dimensão da empresa social
  - Risco económico
  - Estrutura de receitas
    - Relação com entidades públicas
    - Filantropia
    - Outras fontes e lógicas de financiamento
  - Recursos não monetários/em espécie
  - Avaliação do *mix* de recursos e modelo de negócios ambicionado
  - Distribuição de resultados e bloqueio de ativos
  - Trabalho

### 6.7.2. Recolha e análise documental

Depois de consentida a participação da organização no Estudo de caso, foi realizada uma pesquisa no seu *site* para recolher documentos organizacionais disponíveis, nomeadamente os estatutos, regulamentos, órgãos sociais, atividades, relatório de atividades e contas dos anos de 2018 e 2019, relatórios de projetos e outros documentos relevantes para obter a informação necessária.

Feito o levantamento dos documentos disponíveis, as organizações foram contactadas no sentido de disponibilizar a documentação adicional necessária, nomeadamente estatutos, relatórios de contas e de atividades e planos de atividades e, ainda, os planos e relatórios de alguns projetos/atividades mais significativos identificados na consulta ao *site*. O ano de referência para a documentação analisada foi o ano de 2018, sendo que, por vezes, foi feita a comparação com o ano de 2019.

O relatório dos casos foi pré-preenchido com a informação recolhida, tendo servido de base para a elaboração dos guiões das entrevistas semiestruturadas orientados para o aprofundamento da informação ou para completar e clarificar a informação documental.

Foi também pré-preenchido o questionário a aplicar às organizações a partir da informação disponível.

### 6.7.3. Realização de entrevistas

As entrevistas ocorreram maioritariamente com a deslocação da equipa às instalações das organizações, com exceção de um caso, em que a entrevista não ocorreu nas suas instalações para não perturbar o funcionamento. No email enviado para marcar estas entrevistas foram identificadas as pessoas a serem entrevistadas, e os tópicos da entrevista a abordar com cada pessoa. Esta distribuição foi negociada com as organizações, que nos indicaram as pessoas que melhor poderiam fornecer a informação necessária. Em alguns casos, as organizações indicaram uma distribuição diferente ou preferiram concentrar as entrevistas num número menor de pessoas. A duração média das entrevistas variou entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos. Na maioria dos casos, as entrevistas foram feitas de forma sequencial, para que fosse possível ir completando a informação necessária.

A pandemia de COVID-19 implicou pausas e mudanças na investigação. Tendo em conta que a metodologia de recolha de dados implicava o contacto direto com as organizações e os seus representantes, as restrições sanitárias em vigor de forma intermitente ao longo de 2020 e 2021, bem como a necessidade de salvaguardar a segurança dos/as intervenientes, implicou atrasos no estudo e, finalmente, a adaptação da metodologia ao regime remoto. Desta forma, toda a pesquisa com a *Vintage for a Cause* foi feita inteiramente de forma remota, através da plataforma Skype.

Conforme já foi referido, os guiões das entrevistas semiestruturadas foram adaptados às organizações e aos/às entrevistados/as, tendo em conta a informação recolhida na documentação da organização. As entrevistas foram gravadas e os áudios serviram de base ao preenchimento do guião dos casos.

Tabela 1-5. Entrevistas realizadas no estudo de caso múltiplo

Organização	Nome	Posição	Local e Data
Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos	Carlos Jorge Silva	Presidente da Direção	Porto, 1/7/2019
	Manuel Ferreira	Diretor de Serviços	
	Helena Oliveira	Presidente da Direção da Caixa Económica do Porto	
Pro Nobis, CRL	Michele Chan	Presidente da Direção	Lisboa, 20/2/2020
	Pedro Oliveira	Vice-Presidente da Direção	
CERCIMA – Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Montijo e Alcochete, CRL	Cristina Dias	Presidente do Conselho de Administração	Montijo, 16/7/2019
	Joana Santos	Técnica responsável pelo DansasAparte	
Associação Cultural Moinho da Juventude	Flávio Almada	Coordenador Geral	Amadora, 26/9/2019
Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares (ADSCCL) – Microninho	Liliana Simões	Diretora-Geral e fundadora	Lousã, 30/7/2019
	Marta Lucas	Técnica do Microninho	
Kairós – Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária, CRL	Pedro Gouveia	Técnico	Ponta Delgada, 30/1/2019 Zoom, 6/7/2020
	Mónica Alves	Responsável pela Cozinha Kairós	
Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI)	Felisbela Bernardo	Presidente da Administração	Ílhavo, 5/7/2019
	Mafalda Cunha	Diretora-Geral e Vice-presidente	
	Helena Santos	Responsável pelas Empresas de Inserção	
Deliciosas Diferenças, CRL	Carla Andrade	Presidente da Direção	Coimbra, 22/7/2019
	Inês Cardoso	Coordenadora-geral	
Chapitô – Coletividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina	Teresa Ricou	Diretora e fundadora	Lisboa, 22/1/2020
	Américo Peças	Assessor da Direção	
	Carina Lopes	Assessora da Direção	
Coopérnico – Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável, CRL	Susana Fonseca	Membro da Direção	Lisboa, 18/7/2019
	Ana Rita Antunes	Coordenadora executiva	
Cooperativa Integral Minga	Jorge Gonçalves	Presidente	Montemor-o-Novo; Cabrelas, 27/2/2020 Skype, 11/3/2020
	Telma Barreiras	Vice-presidente	
	Miguel Almeida	Tesoureiro	
ColorADD Social Miguel Neiva e Associados	Miguel Neiva	Sócio-Gerente e Presidente da Direção	Porto, 18/2/2020
	André Teixeira	Sócio MNA	
	Francisco Meireles	Técnico MNA	
Herdade do Freixo do Meio	Alfredo Sendim	Presidente	Foros de Vale Figueira, 15/6/2020
	Susana Teles	Técnica superior	
O Teatrão	Isabel Craveiro	Presidente da Direção	Coimbra, 9/10/2020
	João Santos	Técnico Superior	
Vintage for a Cause	Helena Silva	Coordenadora e fundadora	Skype, 25/2/2020
	Rita Ferreira	Gestora de operações	

No caso da entrevista estruturada, baseada no questionário ICSEM, a informação foi completada e alguns aspetos clarificados, nomeadamente no que se refere à dimensão económica. Esta informação foi codificada numa base de dados, contendo um conjunto de indicadores relativos às três dimensões em estudo, discutidos com a consultora do projeto, Marthe Nyssens, tendo em conta a sua experiência relativamente à análise internacional destes mesmos indicadores. Os indicadores foram os mais relevantes para o estabelecimento da tipologia empírica do projeto internacional, pelo que os nossos casos foram comparados com a tipologia internacional a partir dos mesmos indicadores.

A elaboração dos relatórios de caso, com descrição aprofundada, permitiu compreender os casos de forma holística e aprofundada, interpretando as relações entre as características das diferentes dimensões e identificando aspetos “normais” e aspetos “contingenciais e temporários” relativos a alguns dos indicadores importantes. Por exemplo, até que ponto os dados contabilísticos relativamente a determinado ano eram demonstrativos da estrutura de receitas habitual da organização. Depois de elaborados os relatórios de caso, estes foram devolvidos às organizações para serem validados e para completar a informação em falta.

Após a análise dos casos, passou-se à fase analítica seguinte de comparação e generalização. Nesta fase, os casos foram analisados transversalmente, procurando identificar as semelhanças e as diferenças entre as diferentes dimensões e características. A identificação de padrões nos dados empíricos permitiu, assim, a construção de diferentes modelos de empresa social.

### **6.8. Encontro de *stakeholders***

Foi organizado um encontro de *stakeholders* para apresentação dos resultados intercalares do projeto, nomeadamente a proposta de modelos de empresa social, bem como aspetos relativos ao enquadramento institucional das empresas sociais em Portugal. Esta apresentação não teve como objetivo a validação científica mas, sim, uma perspetiva de devolução e coconstrução de conhecimento. Rocío Nogales, coordenadora da Rede EMES, apoiou o planeamento e execução deste encontro, que seguiu a lógica participativa das ICSEM *talks*.

Os resultados teórico-empíricos da investigação levada a cabo pelo projeto TIMES foram consolidados e partilhados na forma de um documento de trabalho, enviado previamente por email. O encontro incluiu uma apresentação do tema das empresas sociais no contexto europeu e outra sobre os resultados preliminares do projeto. Um segundo momento decorreu na forma de debate, com a discussão de duas questões incidindo sobre o reconhecimento legal das empresas sociais em Portugal — um tema emergente da investigação — e o contributo das empresas sociais para enfrentar os desafios sociais e societários. Um terceiro momento ocorreu na forma de ronda de avaliação das necessidades coletivas, em que se pediu a todos/as os/as participantes que se pronunciassem sobre duas ações a tomar da parte dos poderes públicos e outras entidades nacionais, ou pelas próprias organizações.

A partir dos dados recolhidos, foi elaborado um relatório do encontro, que foi partilhado com os participantes e integrou o material empírico para incorporação no projeto, particularmente no que diz respeito à identificação dos efeitos dos quadros institucionais sobre o desenvolvimento das empresas sociais.

A sessão decorreu de forma virtual, na plataforma Zoom, por força das contingências da pandemia de COVID-19. A sessão foi gravada, tendo os participantes sido informados que esta gravação seria tratada do mesmo modo que o restante material empírico do projeto.

Foram convidados para este evento fechado os *stakeholders* envolvidos nas diferentes atividades do projeto e outros relevantes que havíamos identificado anteriormente, mas que não tinham ainda participado no projeto.

Foram convidados/as 47 pessoas e organizações para o encontro de *stakeholders*, tendo 26 pessoas confirmado a sua presença. Participaram no evento 22 *stakeholders*, representando 18 organizações, incluindo 9 empresas sociais, 5 especialistas, 2 órgãos federativos e 2 entidades reguladoras/financiadoras. O evento realizou-se no dia 21 de julho de 2021, a partir das 14:00, e teve a duração de 3 horas e 37 minutos.



Tabela 1-6. Participantes no Encontro de *Stakeholders*

Nome	Posição	Organização
Miguel Almeida	Membro da direção	Minga, Coopernico e Biovilla
Júlio Paiva	Técnico	Rede Portuguesa Anti-Pobreza (EAPN) Portugal
Nuno Cunha Rodrigues	Especialista em contratação pública	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Domingos Soares Farinho	Especialista em direito do terceiro setor	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Pedro Bleck da Silva	Vice-presidente	APM-RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades
Michelle Chan	Presidente da Direção e cofundadora	Pro Nobis
Pedro Oliveira	Vice-presidente da direção e cofundador	Pro Nobis
Cristina Dias	Presidente do Conselho de Administração	CERCIMA
Joana Santos	Coordenadora	Movimento DansasAparte, da CERCIMA
Miguel Neiva	Fundador, sócio-gerente e presidente	ColorADD
Carlos Azevedo	Presidente do Conselho de Administração	IES-Social Business School
Pedro Gouveia	Técnico	KAIRÓS
Célia Pereira	Coordenadora Geral	Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária
Filipe Almeida	Presidente	Estrutura de Missão Portugal Inovação Social
Carlos Silva	Presidente da Direção	Associação Beneficência Familiar
Rui Namorado	Especialista em cooperativismo	Universidade de Coimbra
Filipa Farelo	Coordenadora de Relações Institucionais, Setor Cooperativo e Estatística	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)
Deolinda Meira	Especialista de direito cooperativo	Instituto Politécnico do Porto
Rita Calçada Pires	Especialista	Universidade Nova de Lisboa Commission Expert Group on the social business initiative (GECES)
Liliana Simões	Diretora-geral e fundadora	ADSCCL
Marta Lucas	Coordenadora	Microninho/ADSCCL
Tania Gaspar	Coordenadora de Animação da Rede	ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

## 6.9. Focus groups

A realização de *focus groups* visou contribuir para a identificação dos contributos das empresas sociais no âmbito dos desafios sociais e societais em quatro áreas de atividade: emprego e empregabilidade, inclusão social, ambiente e sustentabilidade, e arte e cultura.

A partir da análise temática transversal dos relatórios dos casos com incidência na informação relativa à dimensão social, em particular a missão social, objetivos, público-alvo, bens e serviços produzidos, inovação e impacto e, ainda, à questão sobre a participação política na dimensão da governança, foi elaborado um pré-relatório temático com enfoque nas diferentes áreas de atividade. A análise incluiu as seguintes categorias: problemas sociais que as organizações, explícita ou implicitamente, identificam nas suas missões e atividades; estratégias de resposta a estes problemas sociais e societais; influência dos quadros institucionais relativamente à atuação nas áreas de atividade; estratégias de influência desses mesmos quadros legais/institucionais. A partir do pré-relatório, foram elaborados os guiões dos *focus groups* para cada área de atividade, incluindo as categorias identificadas no pré-relatório.

Foram convidadas as organizações participantes nos *focus groups*, bem como outras organizações constantes na base de dados do projeto. Optou-se por um critério de variedade relativamente às formas de intervenção nas áreas temáticas em causa, procurando diversidade dentro dos temas abordados para ter um espectro amplo dos diferentes contributos (diferentes problemas, diferentes soluções) das empresas sociais.

Inicialmente pensados para funcionar em formato presencial, devido às contingências impostas pela COVID-19 optou-se por uma metodologia de *focus group* online, em formato síncrono, realizado na plataforma Zoom. A cada participante confirmado/a foi enviado um endereço eletrónico para que se juntasse à reunião, bem como a lista de participantes. Foram feitas várias rondas de convites para garantir um número adequado de participantes nos *focus groups*.

Os *focus groups* iniciaram-se com uma apresentação breve do TIMES, da equipa e dos participantes e do funcionamento do *focus group* específico. Seguiram-se quatro rondas que tiveram uma apresentação introdutória dos resultados da investigação, seguida de discussão entre os participantes, resumo da discussão por parte da equipa e nova ronda de discussão por parte dos participantes. As questões que guiaram as quatro rondas foram as seguintes:

- Qual o papel das organizações que atuam [tema] na resposta aos desafios atuais na sociedade?
- Qual o papel da vossa organização na resposta a estes desafios?
- Como é que as políticas públicas e os quadros legais têm influência na vossa atuação e estratégia e como podem ser melhorados?
- O que é que a organização faz (ou poderia fazer) para influenciar as políticas públicas?

Os *focus groups* foram gravados e posteriormente transcritos para serem recolhidos os dados para análise temática do conteúdo e integração no relatório para cada uma das quatro áreas de atuação das organizações. Este relatório integrou a análise temática comparativa dos dados do Estudo de caso múltiplo e dos dados provenientes dos *focus groups*. O resultado deste trabalho foi enviado aos participantes dos diferentes *focus groups* para confirmação da exatidão da informação relativamente às suas organizações e intervenções com vista a tornar esta pública.

### 6.9.1. Emprego e empregabilidade

Foram convidadas 17 organizações, tendo 8 confirmado a sua participação, embora uma não tenha comparecido. Procurou-se representatividade entre as várias perspetivas de atuação, incluindo modelos cooperativos, de inclusão social pelo emprego e de empreendedorismo e microempreendedorismo. Procurou-se incluir organizações que trabalhassem com grupos especialmente afetados pela exclusão e desigualdades perante o mercado de trabalho, nomeadamente jovens, mulheres e pessoas com deficiência.

O *focus group* decorreu no dia 10 de novembro de 2020, a partir das 14:30, com a duração de 1 h e 59 min.

Tabela 1-7. Participantes no *focus group* emprego e empregabilidade

Nome	Função	Organização
Michelle Chan	Presidente da direção e cofundadora	Pro Nobis
Helena Santos	Responsável pela área da Reabilitação Profissional	CASCI - Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo
Pedro Gouveia	Técnico	KAIRÓS - Cooperativa de Incubação de Iniciativas de Economia Solidária
Rui Grilo	Coordenador técnico	Cooperativa Rumo
Camila Rodrigues	Diretora Executiva e fundadora	Mulheres à Obra
Pedro Sebastião	Presidente da direção	AUDAX, Empreendedorismo e Inovação
Hélder Nogueira	Coordenador geral	Centro Social de Soutelo

### 6.9.2. Inclusão social

Foram convidadas 14 organizações, das quais 9 confirmaram a sua participação, tendo 3 faltado ao evento. Através da seleção, procurou-se a representatividade em relação às áreas de atividade dentro da Inclusão Social, nomeadamente em relação às áreas de intervenção – saúde, educação, emergência, apoio social – e aos públicos com os quais trabalham – jovens e crianças, migrantes, pessoas em situação de sem-abrigo, pessoas em situação de pobreza, pessoas com VIH/SIDA, idosos e pessoas com deficiência.

O *focus group* decorreu a 14 de dezembro de 2020, a partir das 14:30, com a duração de 2 h e 20 min.

Tabela 1-8. Participantes no *focus group* sobre inclusão social

Nome	Função	Organização
Miguel Neiva	Fundador, sócio-gerente e presidente	ColorADD
Carlos Silva	Presidente da Direção	ABFamiliar
Carla Andrade	Presidente do Conselho de Administração e fundadora	Deliciosas Diferenças, CRL
Maria João Toscano	Diretora Executiva	Associação Dignitude
Mariana Dolores	Presidente da Direção	Mundo A Sorrir
Mariana Santos	Coordenadora do departamento em Coimbra	SPEAK

### 6.9.3. Ambiente e sustentabilidade

Foram convidadas 29 organizações, das quais 7 confirmaram a sua presença, sendo que uma delas não compareceu.

Através da seleção, procurou-se contribuir para a representatividade em termos de abordagem à sustentabilidade e à regeneração ambiental, incluindo diferentes modelos de empresas sociais e organizações com uma forte dimensão ativista.

O *focus group* decorreu a 25 de março de 2021, a partir das 14:30, com a duração de 2 h e 14 min.

Tabela 1-9. Participantes no *focus group* sobre ambiente e sustentabilidade

Nome	Função	Organização
Jorge Gonçalves	Presidente do Conselho de Administração	Cooperativa Integral Minga
Ana Pais	Cofundadora e Diretora Executiva	Beesweet – More Than Honey, Lda
Paula Policarpo	Cofundadora e Presidente	Associação da Dariacordar – Zero Desperdício
Filipe Alves	Presidente do Conselho de Administração	Biovilla
Susana Fonseca	Secretária	Zero – Associação Sistema Terrestre Sustentável
Sinan Eden	Membro	Climáximo, Empregos para o Clima

### 6.9.4. Artes e cultura

Foram convidadas 17 organizações, tendo 7 confirmado a sua presença. Destas, uma não compareceu.

Existiu a preocupação de garantir representatividade em termos de abordagens das artes e da cultura, bem como do setor de atividades, tendo sido convidadas organizações com atividades nas artes teatrais e plásticas, dança e circo, bem como organizações com atividades na área do turismo, museologia social e indústria do livro.

O *focus group* decorreu a 15 de janeiro de 2021, a partir das 14:30, com a duração de 2 h e 20 min.

Tabela 1-10. Participantes no *focus group* sobre artes e cultura

Nome	Função	Organização
Isabel Craveiro	Diretora Artística	Teatrão
Ana Garcia	Presidente da direção	AccessiblePortugal
João Ministro	Fundador e Diretor Executivo	Proactivetur
Tiago Ribeiro	Cofundador e produtor	INDIEROR
Rui Simões	Coordenador	ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

## Conclusão

Neste capítulo, apresentámos os principais elementos teóricos e metodológicos que dão forma ao projeto TIMES. Depois de uma revisão da literatura internacional mais relevante, que teve como objetivo principal situar a investigação do projeto, nomeadamente no âmbito da tradição europeia, fez-se a apresentação do modelo de análise, onde imperam os conceitos e a operacionalização no âmbito desta tradição, em particular, na linha da abordagem institucionalista e organizacional às empresas sociais, que justificou a opção por uma perspetiva contextualista multinível. Como não existe, até agora, em Portugal, uma análise sistemática de diferentes modelos de empresa social, dado que a investigação até agora tem incidido sobre tipos específicos de empresas sociais, assumiu-se uma abordagem metodológica qualitativa e aprofundada, caracterizada pelo recurso a diferentes metodologias e a diferentes técnicas de produção e análise de dados.

Este projeto foi desenvolvido numa perspetiva de coconstrução com os participantes envolvidos nas diferentes atividades e etapas da investigação, implicando vários contactos para participação em diferentes momentos e para a validação da informação entretanto produzida. Assim, na linha do que foi acordado, os capítulos da Parte I e III foram devolvidos aos entrevistados e participantes nos *focus groups* para validação das informações sobre as suas intervenções. Por sua vez, os dados da Parte II foram anonimizados de acordo com o compromisso estabelecido com as organizações relativamente ao uso dos dados. Os objetivos de generalização não são prejudicados por esta anonimização.

Os capítulos que se seguem apresentam os resultados do projeto TIMES e respondem às questões de investigação que o moveram. Uma primeira parte é dedicada ao enquadramento das empresas sociais em Portugal, orientada, sobretudo para um nível macro de análise. Esta primeira parte responde às questões de investigação: quem são os atores, as instituições, os significados e as trajetórias institucionais das empresas sociais em Portugal? A segunda parte é dedicada ao estudo organizacional, a um nível meso de análise, focado nas organizações. Esta segunda parte responde às seguintes questões de investigação: quais são as características das empresas sociais e como é que estas se refletem em diferentes modelos? Como é que os quadros institucionais moldam estas características? Numa terceira parte, articulámos uma perspetiva micro e macro para perceber o papel das empresas sociais nos desafios sociais e societais. Esta parte responde às seguintes questões de investigação: como é que as empresas sociais se orientam para os problemas sociais e societais? Como é que são influenciadas pelos quadros institucionais nestas respostas e como é que procuram influenciar esses mesmos quadros institucionais? Na conclusão do trabalho, respondemos à questão: como é que os quadros institucionais podem favorecer o desenvolvimento das empresas sociais?

## Referências bibliográficas

- Alter, Kim. 2007. «Social enterprise typology». *Virtue ventures LLC* 12(1): 1–124.
- Ávila, Liliana. 2016. *SEFORIS: Country Report — Portugal*. Brussels: European Union.
- Ávila, Liliana, e Marlene Amorim. 2021. «Organisational identity of social enterprises: A taxonomic approach». *Voluntas: International Journal of Voluntary & Nonprofit Organizations* 32(1): 13–27.
- Bidet, Eric, e Jacques Defourny. 2019. *Social enterprise in Asia: Theory, models and practice*. London: Routledge.
- Bloor, Michael, Jane Frankland, Michelle Thomas, e Kate Robson. 2001. *Focus groups in social research*. London: Sage.
- Borzaga, Carlo, Giulia Galera, Barbara Franchini, Stefania Chiomento, Rocío Nogales, e Chiara Carini. 2020. *Social enterprises and their ecosystems in Europe: Comparative synthesis report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2767/567551>.
- Borzaga, Carlo, e Jacques Defourny. 2004. *The Emergence of Social Enterprise*. London: Routledge.
- Borzaga, Carlo, e Alceste Santuari. 2003. «New trends in the non-profit setor: The emergence of social entrepreneurship.» Em *The Non-profit Setor in a Changing Economy*, 31-59. Paris: OCDE. <https://doi.org/10.1787/9789264199545-en>.
- Borzaga, Carlo, Simone Poledrini, e Giulia Galera. 2017. *Social Enterprise in Italy: Typology, Diffusion and Characteristics* (SSRN Scholarly Paper N. ID 3036384). Rochester, NY: Social Science Research Network. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3036384>.
- Byrne, David S., e Charles C. Ragin. 2020. *The SAGE Handbook of Case-Based Methods*. London: Sage.
- Comissão Europeia. 2011. “Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Iniciativa de Empreendedorismo Social: Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais”, Bruxelas, 25.10.2011, COM(2011) 682 final. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52011DC0682>.
- Comissão Europeia. 2015. *A map of social enterprises and their eco-systems in Europe: Synthesis Report*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Dees, J. Gregory. 1996. *Social Enterprise Spectrum: Philanthropy to Commerce*. Boston: Harvard Business Publishing.
- Dees, G., e B. B Anderson. 2006. «Framing a theory of social entrepreneurship: Building on two schools of practice and thought». *Business* 1 (3): 39–66.
- Defourny, Jacques. 2001. «From third setor to social enterprise». Em *The Emergence of Social Enterprise*, editado por Carlo Borzaga e Jacques Defourny, 1–18. London: Routledge.
- Defourny, Jacques, Lars Hulgård, e Victor Pestoff. 2014. *Social enterprise and the third setor: Changing European landscapes in a comparative perspective*. London: Routledge.
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2008. «Social enterprise in Europe: Recent trends and developments.» *Social Enterprise Journal* 4(3): 202–228. <https://doi.org/10.1108/17508610810922703>.
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2010. «Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences.» *Journal of Social Entrepreneurship* 1(1): 32–53. <https://doi.org/10.1080/19420670903442053>.
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2017. «Fundamentals for an International Typology of Social Enterprise Models.» *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* 28(6): 2469–2497. <https://doi.org/10.1007/s11266-017-9884-7>.
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2021a. *Social enterprise in Central and Eastern Europe: Theory, models and practice*. London: Routledge.
- Defourny, Jacques, e Marthe Nyssens. 2021b. *Social enterprise in Western Europe: Theory, models and practice*. London: Routledge.
- Díaz-Foncea, Milán, Carmen Marcuelo, Chaime Marcuelo, Marta Solorzano, Julio Navío, Carmen Guzmán, Maris de la O Barroso, Maris José Rodríguez, Francisco Javier Santos, Ramon Fisác, Pilar Alguacil, Rafael Chaves, Teresa Savall, e Esther Villajos. 2017. *Social Enterprise in Spain: A Diversity of Roots and a Proposal of Models*. Liège: The International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project.
- DiMaggio, Paul J. 1988. «Interest and agency in institutional theory. Em *Institutional patterns and organizations culture and environment*, editado por Lynne G. Zucker, 3–21. Cambridge, MA: Ballinger Publishing.
- DiMaggio, Paul J., e Walter W. Powell. 1983. «The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields». *American sociological review* 48: 147–160. <https://www.jstor.org/stable/2095101>.
- Emerson, Jed, e Fay Twersky. 1996. *New social entrepreneurs: The success, challenge and lessons of non-profit enterprise creation*. San Francisco, CA: Homeless Economic Fund, the Roberts Foundation.
- Evers, Adalbert, e Jean-Louis Laville. eds. 2004. *The third setor in Europe*. Cheltenham; Northampton, MA: Edward Elgar.
- Ferreira, Sílvia. 2009. «A invenção estratégica do terceiro setor como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 84: 169–192. <https://doi.org/10.4000/rccs.422>.
- Ferreira, Sílvia. 2015. «New Paths for Third-Setor Institutions in a Welfare State in Crisis: The Case of Portugal». *Nonprofit Policy Forum* 6(2): 213–241. <https://doi.org/10.1515/npf-2014-0025>.
- Ferreira, Sílvia. 2019. *Social enterprises and their ecosystems in Europe: Country report: Portugal*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. <https://ec.europa.eu/social/main.jsp?advSearchKey=socenterfiches&mode=advancedSubmit&catId=22>.
- Fiss, Peer C. 2009. «Case studies and the configurational analysis of organizational phenomena». Em *The SAGE Handbook of Case-Based Methods*, editado por David Byrne e Charles C. Ragin, 424–440. London: Sage.



- Fraisse, Laurent, Laurant Gardin, Jean-Louis Laville, Francesca Petrella, e Nadine Richez-Battesti. 2016. «Social enterprise in France: At the crossroads of the social economy, solidarity economy and social entrepreneurship?». *ICSEM Working Papers*, 34. Liège: The International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project.
- Gaiger, Luiz I., Adriane Ferrarini, e Marília Veronese. 2015. «Social enterprise in Brazil: An overview of solidarity economy enterprises». *ICSEM Working Papers*, 10. The International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project.
- Gaiger, Luiz Inácio, Marthe Nyssens, e Fernanda Wanderley, eds. 2019. *Social enterprise in Latin America: Theory, models and practice*. London: Routledge.
- Gordon, M. 2015. «A typology of social enterprise “traditions”». *ICSEM Working Papers* No. 18: 1–36. Liège: The International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project.
- Gui, Benedetto. 1991. «The economic rationale for the “Third Setor”». *Annals of public and cooperative economics* 62(4): 551–572. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8292.1991.tb01367.x>.
- Heckl, Eva e Ingrid Pecher, I. 2007. *Study on Practices and Policies in the Social Enterprise Setor in Europe. Final Report*. Vienna: Austrian Institute for SME Research.
- Jessop, Bob. 2004. «Institutional Re(turns) and the Strategic-relational Approach». Em *Governing local and regional economies: institutions, politics, and economic development*, editado por Andrew Wood e David Valler, 23–56. Aldershot: Ashgate.
- Jessop, Bob, Frank Moulaert, Lars Hulgård, e Abdelillah Hamdouch. 2013. «Social innovation research: A new stage in innovation analysis?». Em *The international handbook on social innovation: Collective action, social learning and transdisciplinary research*, editado por Frank Moulaert, Diana MacCallum, Abid Mehmood, e Abdelillah Hamdouch, 110–130. Cheltenham: Edward Elgar.
- Karppinen, Kari, e Hallvard Moe. 2012. «What we talk about when we talk about document analysis». *Trends in communication policy research: New theories, methods and subjects*, 177–193. Bristol: Intellect.
- Kerlin, Janelle A. ed. 2009. *Social enterprise: A global comparison*. Madford, MA: Tufts University Press.
- Kerlin, Janelle A. 2017. *Shaping social enterprise: Understanding institutional context and influence*. Bingley, UK: Emerald Group Publishing.
- Kluge, Susann 2000. «Empirically grounded construction of types and typologies in qualitative social research». *Forum qualitative sozialforschung/Forum: Qualitative social research* 1(1). <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1124/2499>
- Laville, Jean-Louis. 2018. *A Economia Social e Solidária. Práticas, teorias e debates*. Coimbra: Almedina.
- Laville, Jean-Louis, Dennis R. Young, e Philippe Eynaud. 2015. *Civil society, the third setor and social enterprise: Governance and democracy*. London: Routledge.
- Lehnert, Matthias 2007. «Typologies in social inquiry». Em *Research design in political science*, editado por Thomas Gschwend e Frank Schimmelfennig. 62–79. London: Palgrave Macmillan.
- Lobe, Bojana, e David L. Morgan. 2021. «Assessing the effectiveness of video-based interviewing: A systematic comparison of video-conferencing based dyadic interviews and focus groups». *International Journal of Social Research Methodology* 24(3): 301–312. <https://doi.org/10.1080/13645579.2020.1785763>.
- Mair, Johanna, e Ignasi Marti Lanuza, I. 2006. «Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight». *Journal of World Business* 41(1): 36–44. <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2005.09.002>.
- Mayring, Philipp. 2000. «Qualitative content analysis: Demarcation, varieties, developments». *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research* 20(3). <https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/3343>.
- Monroe-White, Thema, Janelle A. Kerlin, e Sandy Zook. 2015. «A quantitative critique of Kerlin’s macro-institutional social enterprise framework». *Social Enterprise Journal* 11(2): 178–201.
- Najam, Adil. 1999. «Citizen organizations as policy entrepreneurs». Em *International Perspectives on Voluntary Action: Reshaping the Third Setor*, editado por David Lewis. London: Earthscan.
- Nicholls, Alex, e Simon Teasdale. 2017. «Neoliberalism by stealth? Exploring continuity and change within the UK social enterprise policy paradigm». *Policy & Politics* 45(3): 323–341.
- Nyssens, Marthe. 2006. «Social enterprise at the crossroads of market, public policy and civil society». Em *Social Enterprise: At the Crossroads of Market, Public Policies and Civil Society*, editado por Marthe Nyssens, 313–328. London: Routledge.
- Perista, Heloísa. 2001. «Co-operatives for rehabilitation of people with disabilities». Em *The Emergence of Social Enterprise*, editado por Carlo Borzaga e Jacques Defourny, 192–202. London: Routledge.
- Perista, Heloísa, e Susana Nogueira. 2004. «Work Integration Social Enterprises in Portugal». *EMES European Research Network Working Paper Series* (4): 27.
- Polanyi, Karl. 2012. *A grande transformação: As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Quintão, Carlota, Ana Luísa Martinho, e Mafalda Gomes. 2018. «As empresas sociais de inserção na promoção do emprego e inclusão social a partir de estudos de caso europeus». *Gestão e Sociedade* 12(32): 2374–91.
- Ridley-Duff, Rory e Mike Bull. 2011. *Understanding social enterprise: Theory and practice*. London: Sage.
- Silva, Maria da Conceição Tavares. 1967a. «Reflexão sobre o conceito de problema social—I». *Análise Social* 17: 5–22.
- Silva, Maria da Conceição Tavares. 1967b. «Reflexão sobre o conceito de problema social—II». *Análise social* 18: 207–230.
- Spear, Roger, e Eric Bidet. 2005. «Social Enterprise for Work Integration in 12 European Countries: A Descriptive Analysis». *Annals of Public and Cooperative Economics* 76(2): 195–231.
- Spear, Roger, Simon Teasdale, Fergus Lyon, Richard Hazenberg, Mike Bull, Mike Aiken e Anna Kopec-Massey, A. 2017. «Social enterprise in the United Kingdom: Models and trajectories. » *ICSEM Working Papers*, 40. Liège: The International Comparative Social Enterprise Models (ICSEM) Project.



- Teasdale, Simon. 2012. «What's in a name? Making sense of social enterprise discourses». *Public policy and administration* 27(2): 99–119. <https://doi.org/10.1177/0952076711401466>.
- Terry, Gareth, Nikki Hayfield, Victoria Clarke, e Virginia Braun. 2017. «Thematic analysis». Em *The SAGE handbook of qualitative research in psychology*, 2<sup>nd</sup> ed., editado por Carla Willig e Wendy Stainton Rogers, 17–37. London: Sage.
- Tracey, Paul, Nelson Phillips, e Owen Jarvis. 2011. «Bridging Institutional Entrepreneurship and the Creation of New Organizational Forms: A Multilevel Model». *Organization Science* 22(1): 60–80. <https://doi.org/10.1287/orsc.1090.0522>.
- Travaglini, Claudio, Federica Bandini, e Kristian Mancione. 2010. «Social Enterprise in Europe: Governance Models. An analysis of governance models in social enterprises through a comparative study of the legislation of eleven countries». *AICCON Working Papers* 75, Associazione Italiana per la Cultura della Cooperazione e del Non Profit.
- Yin, Robert K. 2009. *Case Study Research: Design and Methods*. London: Sage.
- Young, Dennis R. 2003. «New trends in the US Non-profit setor: Towards market integration». Em *The Non-Profit Setor in a Changing Economy*, editado por OCDE, 61–77. Paris: OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264199545-en>.
- Young, Dennis R., e Jesse D. Lacy. 2014. «Defining the Universe of Social Enterprise: Competing Metaphors». *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations* 25(5): 1307–1332. <https://doi.org/10.1007/s11266-013-9396-z>.
- Yunus, Mohamad. 2011. *A Empresa Social — A nova dimensão do capitalismo para fazer face às necessidades mais prementes da Humanidade*. Lisboa: Presença.